A photograph of a woman with her hair in braids, smiling and holding a baby. The woman is wearing a vibrant, multi-colored patterned wrap. The baby is also wrapped in a similar patterned cloth and has several colorful beaded bracelets on their wrist. The background is a wooden wall with vertical slats. The image is framed by a decorative geometric border at the top and bottom.

RELATÓRIO ANUAL  
DE RESULTADOS DAS  
**NAÇÕES UNIDAS**  
**2023** MOZAMBIQUE



UNITED NATIONS  
MOÇAMBIQUE





# SUMARIO

## **Prefácio pela Coordenadora Residente 4**

Equipa Nacional da ONU 5

---

Principais Parceiros de Desenvolvimento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas no País 6

---

## **Principais Desenvolvimentos no Contexto Nacional e Regional 10**

1.1. Análise das principais tendências de desenvolvimento e questões emergentes 12

---

## **Apoio do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação 18**

2.1. Visão Geral dos Resultados do Quadro de Cooperação 20

---

2.2. Análise detalhada das prioridades, resultados e produtos do Quadro de Cooperação 26

---

2.3 Apoio a Parcerias e Financiamento da Agenda 2030 58

---

2.4 Resultados da ONU a trabalhar mais e melhor em conjunto 60

---

2.5 Avaliações e lições aprendidas 62

---

2.6 Panorama Financeiro e Mobilização de Recursos 64

---

## **UNCT - Principais Prioridades para o Próximo Ano 66**

## **Acrónimos 70**

## **Notas Finais 72**

# Prefácio pela Coordenadora Residente

Ao apresentarmos o Relatório Anual de Resultados de 2023 da Equipa Nacional das Nações Unidas (UNCT) em Moçambique, sinto-me honrada e emocionada quando reflectimos sobre a nossa incrível jornada juntos durante o ano passado. Este relatório destaca as nossas realizações colectivas e sublinha o nosso compromisso inabalável de apoiar as aspirações de Moçambique em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O ano passado foi um testemunho da resiliência e determinação do povo moçambicano e do seu Governo, no meio de desafios e oportunidades. Em particular, a província de Cabo Delgado testemunhou uma mudança significativa na situação humanitária, uma vez que milhares de pessoas deslocadas internamente regressaram às suas casas pela primeira vez desde o início do conflito em 2017, impulsionadas por uma maior segurança, laços familiares e necessidades económicas. Entretanto, o país debateu-se com os efeitos devastadores do ciclone tropical Freddy, que afectou mais de 1,1 milhões de pessoas em várias províncias, destacando a ameaça sempre presente de desastres relacionados com o clima e a necessidade crítica de reforçar a resiliência e a prontidão. Não obstante estes desafios, as eleições autárquicas moçambicanas de Outubro de 2023 deram efectivamente início ao actual processo eleitoral, que contará com o apoio contínuo da ONU para uma melhor governação e processos participativos.

Em 2023, a UNCT em Moçambique, composta por 25 agências, fundos e programas diversos, continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Governo de Moçambique, a sociedade civil, o sector privado e os parceiros internacionais. Juntos, esforçamo-nos para melhorar o desenvolvimento humano, promover meios de subsistência sustentáveis, fomentar a resiliência climática e apoiar a construção da paz, os direitos humanos e a governação inclusiva. Os nossos esforços têm como objectivo criar um futuro mais equitativo, próspero e sustentável para todos os moçambicanos.

O ano foi marcado por realizações significativas, tais como a melhoria dos resultados da saúde materna e a redução das taxas de mortalidade neonatal, juntamente com o aumento do acesso ao ensino primário – especialmente para as raparigas e as comunidades marginalizadas – e a melhoria da gestão integrada dos recursos hídricos. Os nossos esforços facilitaram a formação de 61.270 pessoas em agricultura inteligente face ao clima, o que contribuiu para práticas agrícolas mais sustentáveis e produtivas. Também capacitaram 8.943 pessoas para se envolverem na construção da paz, na elaboração de políticas e em iniciativas de estabilização lideradas pela comunidade.

Gostaria de expressar a minha mais profunda gratidão a todos os que contribuíram para as nossas realizações comuns. Ao considerarmos o trabalho que temos pela frente, a próxima Cimeira do Futuro será uma oportunidade crítica para renovar o nosso compromisso com a parceria contínua e a visão partilhada necessárias para alcançar o ambicioso objectivo de um Moçambique mais inclusivo, resiliente e sustentável.

Obrigado pelo vosso apoio e colaboração inabaláveis.



**Dra. Catherine Sozi**

Coordenadora Residente e Humanitária das Nações Unidas em Moçambique

# Equipa Nacional da ONU

A Equipa Nacional da Organização das Nações Unidas (UNCT) em Moçambique é constituída por 25 agências diferentes que trabalham em conjunto. O seu objectivo é implementar o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) de 2022 a 2026, liderado pelo Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique e pela Coordenadora Residente (CR) da ONU.

Destas agências, 18 têm escritórios locais em Moçambique e sete trabalham a partir da sede ou região. Esta composição demonstra o forte empenho da ONU em ajudar Moçambique a atingir os seus objectivos de desenvolvimento sustentável. Assegura que as competências e os recursos certos estão disponíveis para satisfazer as necessidades do país e cumprir os objectivos do UNSDCF, combinando esforços através do ciclo humanitário, do desenvolvimento e da paz.

## Entidades com presença física



## Entidades sem presença física



Em 2023, as mudanças na capacidade consultiva da UNCT em Moçambique incluíram a transferência do conselheiro de direitos humanos para começar a liderar a equipa do ACNUDH em Moçambique, enquanto se finalizava o estabelecimento do escritório completo. Dado o mandato e a experiência única do ACNUDH, a abertura de um escritório no país é um desenvolvimento positivo no fortalecimento da assistência técnica e assessoria da ONU no domínio dos direitos humanos às instituições do Estado, sociedade civil e outras partes interessadas, assim como para apoiar a implementação dos

compromissos e recomendações de direitos humanos dos mecanismos de direitos humanos aceites por Moçambique.

A capacidade de Assessoria para a Paz e Desenvolvimento cessou no decurso do ano até à conclusão do exercício de avaliação global, que deverá determinar o apoio que pode ser dedicado a Moçambique. O Escritório da Coordenadora Residente continuou a acolher o secretariado da Plataforma de Coordenação de Doadores (DCP), estando a ser envidados esforços para garantir a sustentabilidade desta capacidade.

## PRINCIPAIS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PAÍS

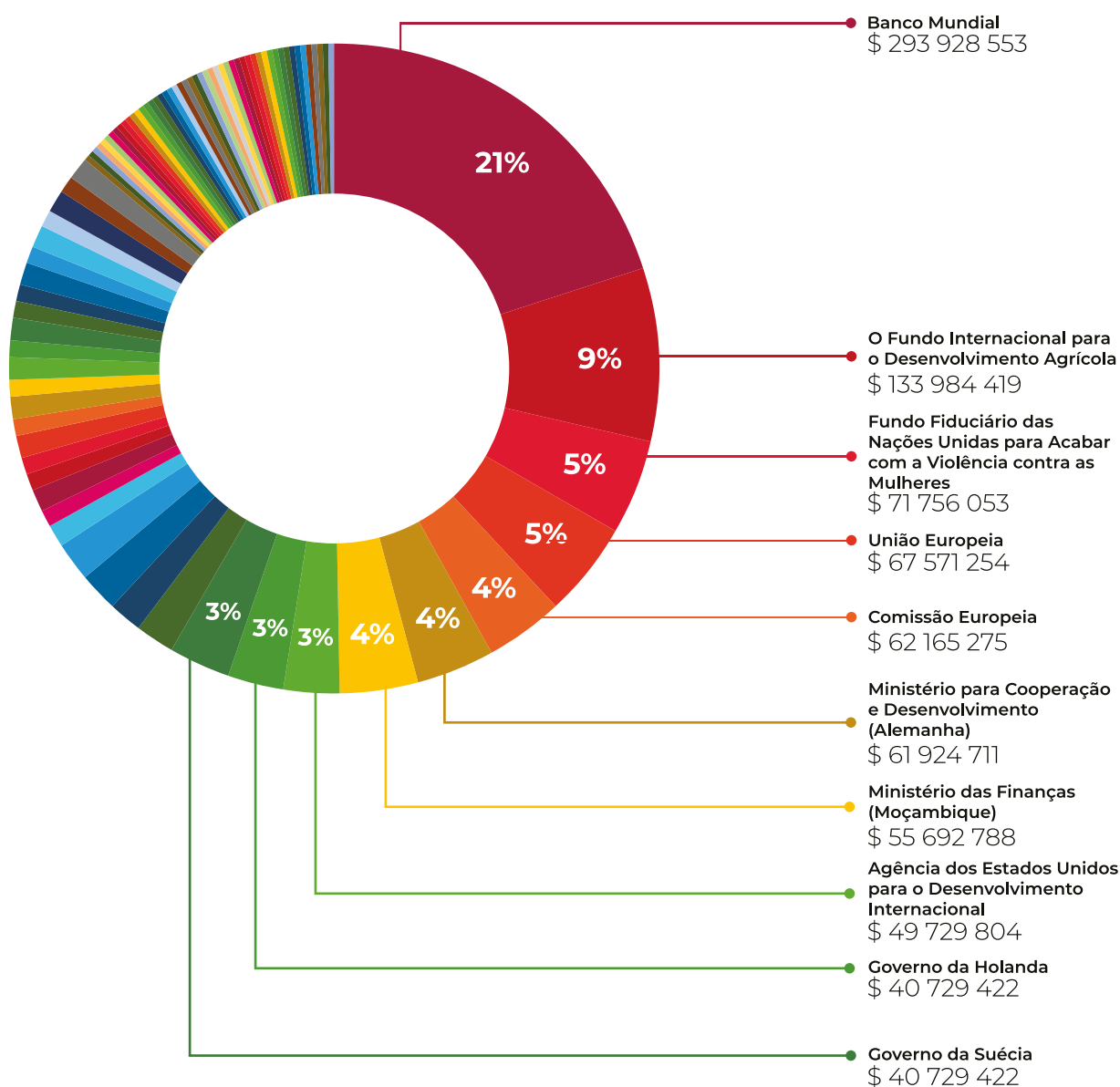
O principal parceiro de desenvolvimento das Nações Unidas é o Governo de Moçambique. Esta colaboração é apoiada por uma vasta rede de partes interessadas, incluindo instituições financeiras internacionais, governos doadores e agências de desenvolvimento. Além disso, a abordagem de parceria abrange organizações da sociedade civil (OSC), organizações

não-governamentais (ONG), o sector privado e outras instituições do sector público. A academia, os meios de comunicação social e os cidadãos de Moçambique também desempenham papéis cruciais neste esforço colectivo, aumentando o impacto e o alcance das iniciativas de desenvolvimento.

**Quadro 1** - Principais Parceiros Governamentais

Acrónimos	Nome
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MJCR	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
PGR	Procuradoria-Geral da República
MISAU	Ministério da Saúde
INS	Instituto Nacional de Saúde
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MINTESS	Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INGD	Instituto Nacional de Gestão de Riscos e Desastres
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SEJE	Secretaria de Estado da Juventude e Emprego
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
INE	Instituto Nacional de Estatística
ICM	Instituto de Cereais de Moçambique
-	Assembleia Nacional e Assembleias Provinciais
TS	Tribunal Supremo de Moçambique
MINT	Ministério do Interior
GREPOC	Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone

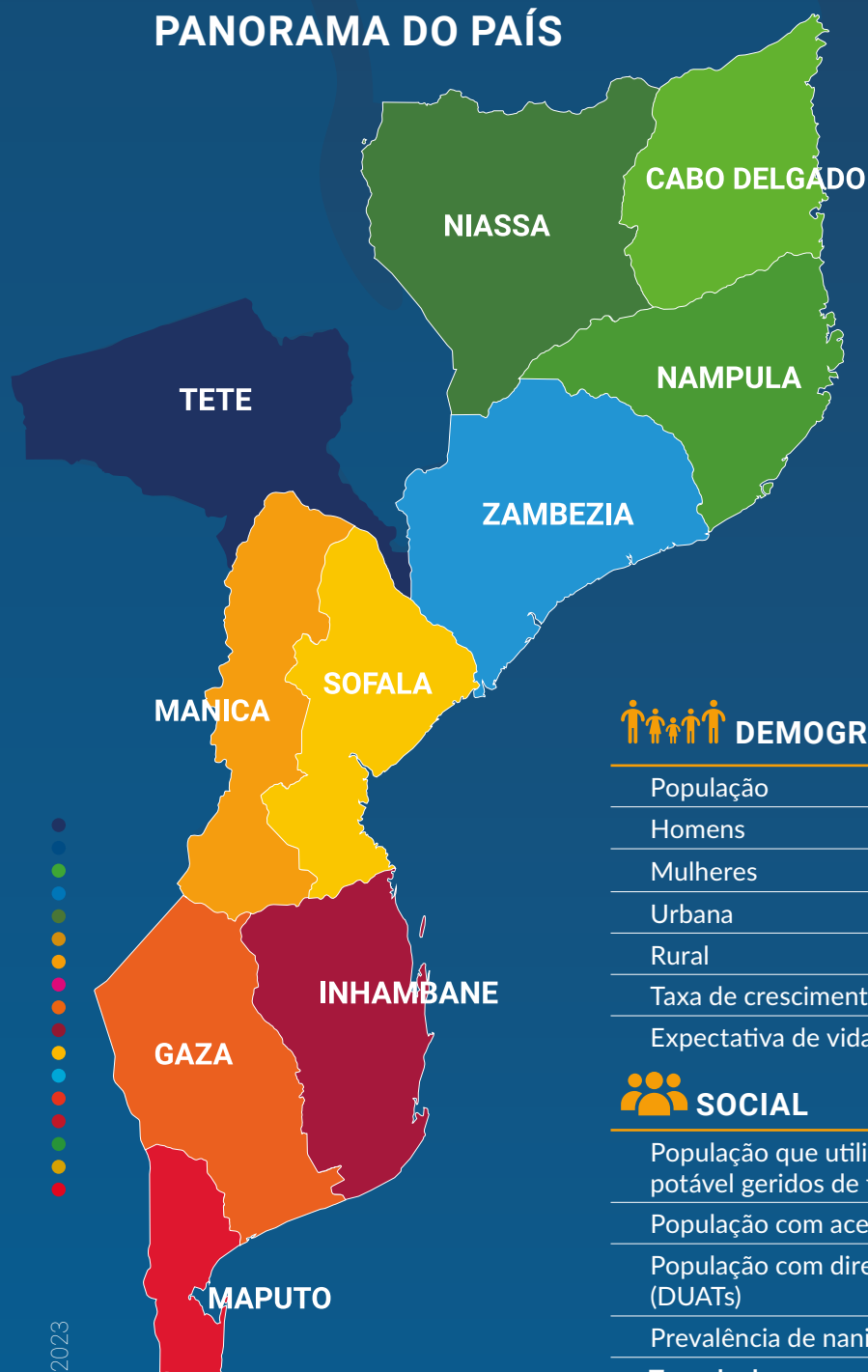
**Gráfico 1** - recursos disponíveis entre 2022 e 2026 por contribuinte, em dólares americanos<sup>1</sup>.



O Banco Mundial e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola continuam a ser os principais contribuintes relativamente aos recursos actualmente disponíveis para a implementação do Quadro de Cooperação (instead of UNSDCF). Em conjunto, as suas contribuições representam 30% dos 1,4 mil milhões de dólares já disponibilizados para todo o ciclo do quadro de cooperação até 2026. Outros contribuintes importantes incluem a União Europeia, o Governo de Moçambique e o Governo da Alemanha.

Em 2021, a UNCT estabeleceu o Fundo Fiduciário Multiparceiros das Nações Unidas para Moçambique (MPTF) para Moçambique, com o objectivo de apoiar acções relevantes para o cumprimento da Agenda 2030. O Fundo visa mobilizar financiamento para intervenções estratégicas através das quais o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e os seus parceiros possam contribuir para alcançar as prioridades de desenvolvimento nacional em Moçambique, que serão reflectidas no UNSDCF (2022-2026) e, em última análise, contribuirão para a Agenda 2030.

## PANORAMA DO PAÍS



### DEMOGRAFIA

População	33,244,414
Homens	16,098,427
Mulheres	17,145,987
Urbana	34.66%
Rural	65%
Taxa de crescimento populacional	2.5%
Expectativa de vida no nascimento	55.7%

### SOCIAL

População que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura	53,6%
População com acesso à eletricidade	47,8%
População com direitos de utilização da terra (DUATs)	1,792,657
Prevalência de nanismo	37%
<b>Taxa de desemprego</b>	
Homens	18,7%
Mulheres	18,1%
Número de vítimas de tráfico de seres humanos	0,03/100,000



## EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo	38,3%
Homens	25,9%
Mulheres	49,2%
Urbano	18,2%
Rural	50,3%

## SAÚDE

Taxa de mortalidade materna	407 / 100 000
Taxa de mortalidade neonatal	24 / 1000
Infecções por HIV/1.000 habitantes não infectados	2,68

## HRP

Pessoas alcançadas	1.5 M
Organização respondendo (INGO, NNGO, ONU, outros)	89
PDIs com acesso a uma estrutura de governação inclusiva e representativa	315,130
Crianças alcançadas com educação formal ou não formal	153,000
Crianças menores de 5 anos examinadas para desnutrição aguda	108,618
Consultas ambulatoriais	104,076
Pessoas assistidas com abrigos básicos de emergência e kits NFI	241,970

## ECONÔMICA

PIB per capita (2015-2022)  
Fonte: ENDE



# 1

## Principais Desenvolvimentos no Contexto Nacional e Regional

---





PARTERA TRADICIONAL  
MOCAMBIQUE

MISAU

META  
LICHIMBA  
QUAMBA  
NAMPULA  
NACALA  
LUMBO  
MOCIMBANE  
MOCAMBIQUE  
ANGOCHE  
TETE  
FINGOE  
FURANI  
ALTOLOQUE  
ZAMBESIA

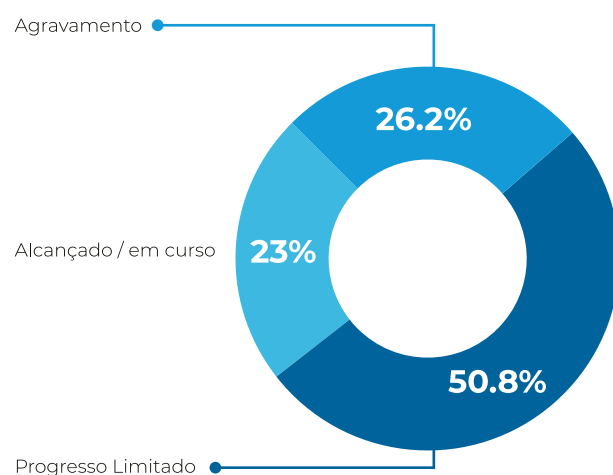
## 1.1. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO E QUESTÕES EMERGENTES

A República de Moçambique, classificada como um país de baixo rendimento, tinha uma população aproximada de 33 milhões em 2023. Nas últimas duas décadas, o país registou progressos significativos, incluindo taxas de mortalidade infantil mais baixas, melhor acesso aos cuidados de saúde, educação básica para raparigas e rapazes, assim como melhorias nas infra-estruturas de abastecimento de água e energia eléctrica. As percepções e perspectivas identificadas pela Avaliação Comum do País (CCA) realizada em 2020, que informou a criação do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) para 2022-2026, continuam pertinentes. Dados e acontecimentos recentes apoiam as tendências e oportunidades de desenvolvimento inicialmente apontadas pela CCA.

## VISÃO GERAL DO PROGRESSO RUMO À AGENDA 2030

- A pontuação geral do país em relação aos ODS (uma medida composta da conclusão de todos os ODS) em 2023 foi de 52,69, mesmo nível de 2019, o que indica uma estagnação. De acordo com a informação do Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2023<sup>2</sup>, que mostra o progresso nas metas dos ODS em Moçambique até ao ano de 2022 ou o ano mais recente:
- 23,0% das metas dos ODS foram alcançadas ou estão no caminho certo;
- 50,8% mostram progresso limitado; e
- 26,2% estão a piorar.

**Gráfico 2** - Progresso nas Metas dos ODS em Moçambique





## OS ODS QUE REGISTARAM MELHORIAS NOS ÚLTIMOS ANOS INCLUEM:



A taxa de mortalidade materna está a melhorar.



Aumentou a procura de planeamento familiar satisfeito por métodos modernos.



Aumentou a população que utiliza, pelo menos, serviços básicos de água potável.



De acordo com os dados disponíveis localmente, a população com acesso à energia eléctrica está a aumentar.



Melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos.



Redução de emissões de CO2 resultantes do consumo de combustível e da produção de cimento.



A despesa pública em saúde e educação cresceu em 2022 em termos absolutos.



## OS ODS QUE REGISTARAM TENDÊNCIAS NEGATIVAS OU SE ENCONTRAM ESTAGNADOS INCLUEM:



O índice de pobreza está a aumentar.



A proporção da população urbana que vive em bairros precários está estagnada

Figura 1 - Visão geral das tendências dos ODS em Moçambique



**Painel:** ● ODS alcançado ● Os desafios permanecem ● Desafios significativos permanecem ● Os principais desafios permanecem  
● Informação indisponível

**Tendências:** ↑ No caminho certo ou mantendo a consecução dos ODS ↗ Melhorando moderadamente → Estagnação ↓ Diminuindo  
● Trend information unavailable

## VARIAÇÕES NO PROGRESSO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O aumento do número de pessoas pobres e as necessidades humanitárias persistentes ligadas ao conflito na região Norte e aos riscos naturais recorrentes realçam a fragilidade de uma parte significativa da população. As projecções estimam que, de Outubro de 2023 a Março de 2024, cerca de 3,3 milhões de pessoas em Moçambique sofrerão altos níveis de insegurança alimentar aguda (Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar - IPC - Fase 3 ou superior), um aumento considerável em comparação com os números anteriores da IPC. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), prevê-se que aproximadamente 2,5 milhões de pessoas estejam em risco de ciclones, cheias e secas na estação chuvosa/ciclónica de 2023/2024. Embora os resultados nutricionais tenham melhorado ao longo da última década, com a redução da percentagem de crianças com menos de cinco anos que sofrem de desnutrição crónica, a prevalência da anemia continua a ser uma preocupação, que afecta 72,5% das crianças, e a taxa de desnutrição crónica mostrou poucos progressos em Cabo Delgado<sup>3</sup>.

Relativamente aos resultados de saúde, o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2023 revelou um aumento de partos institucionais assistidos por profissionais da saúde e uma redução da mortalidade infantil. As taxas de mortalidade neonatal, infantil e do adolescente também registaram melhorias significativas. Contudo, subsistem disparidades regionais e a província da Zambézia regista a menor cobertura de cuidados pré-natais (66%) e de partos assistidos (52%) por um profissional de saúde qualificado.

No domínio da educação, o Inquérito sobre Orçamento Familiar de 2022 indicou que a taxa de analfabetismo em Moçambique era de 38,3%, o que representa uma redução significativa de 1,6% em comparação com os valores de 2020. Este índice de analfabetismo era notavelmente mais elevado nas zonas rurais, afectando 50,3% da população, em forte contraste com as zonas urbanas, onde a taxa de analfabetismo era consideravelmente mais baixa, com 18,2%. Além

disso, persistia uma disparidade significativa entre os géneros, com 49,2% das mulheres e 25,9% dos homens incapazes de ler e escrever.

De acordo com o Plano de Necessidades e Resposta Humanitária para 2024<sup>4</sup>, estima-se que 704 000 pessoas deslocadas necessitem de assistência em 2024, 600 000 das quais deslocadas pelo conflito e 100 000 por desastres naturais. Apesar do regresso constante dos deslocados internos aos seus distritos de origem que marcou a situação humanitária no Norte de Moçambique em 2023, não se regista uma redução significativa em relação às 740.000 pessoas que necessitavam de assistência em 2023. O regresso dos deslocados internos não marcou o fim da vulnerabilidade. Muitos regressados, ausentes há mais de dois anos e tendo enfrentado perdas e traumas, regressaram a zonas onde os serviços sociais básicos não tinham sido totalmente restabelecidos. As avaliações mostram também que as comunidades de acolhimento estão a cair cada vez mais na pobreza, aumentando ainda mais as tensões entre os deslocados internos e as comunidades de acolhimento. Além disso, os primeiros relatórios de 2024 indicam que os ataques esporádicos e o receio de ataques por parte de grupos armados não estatais (GANE) desencadearam novos deslocamentos.

Os eventos meteorológicos extremos, as alterações climáticas, os conflitos e os deslocamentos, juntamente com a redução da assistência humanitária, exacerbaram as vulnerabilidades das mulheres e das raparigas, levando frequentemente a mecanismos de sobrevivência prejudiciais, tais como relações sexuais para sobrevivência e uniões prematuras. Embora o Inquérito Demográfico e de Saúde de 2023 indique uma redução nas taxas de fertilidade ao longo da última década, passando de 5,9 nascimentos por mulher em 2011 para 4,9 nascimentos por mulher em 2023, é preocupante o facto de as taxas de fertilidade na adolescência para as pessoas com idades entre os 15 e os 19 anos terem aumentado de 29,3% em 2011 para 36% em 2023, com taxas extremamente elevadas em Cabo Delgado (55,3%) e Niassa (52,3%).

A análise da situação de 2023 relativa às pessoas com deficiência em Moçambique destaca um apelo premente para uma abordagem inclusiva e baseada em direitos para colmatar os desafios significativos

e as lacunas sistémicas enfrentadas pelas pessoas com deficiência em vários sectores. Apesar de o Censo de 2017 identificar aproximadamente 2,7% da população como tendo uma deficiência, o número é provavelmente mais elevado devido à subidentificação ligada às perguntas do censo orientadas para a medicina, destacando uma discrepância com a terminologia da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Este desalinhamento afecta a precisão dos dados e a avaliação do acesso e utilização de serviços por pessoas com deficiência. Além disso, o quadro jurídico e a definição de políticas moçambicanas apresentam lacunas no alinhamento com a CDPD, resultando num progresso lento na melhoria da vida das pessoas com deficiência. Os principais desafios são, entre outros, as políticas inadequadas relativas aos serviços de apoio à deficiência, a capacidade técnica e financeira limitada dos ministérios competentes e a falta de inclusão da deficiência nas iniciativas humanitárias e de desenvolvimento. Além disso, as barreiras físicas e de acesso à informação, associadas ao acesso limitado a serviços especializados de reabilitação e de saúde mental, agravam ainda mais os desafios. É evidente a necessidade de uma maior coordenação de esforços entre os ministérios e de fortalecimento de parcerias para abordar estas barreiras sistémicas, o que sublinha a urgência de uma estratégia global para garantir a inclusão e a participação significativas das pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade.



## TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA NO MEIO DE DESAFIOS GLOBAIS E DOMÉSTICOS

Em 2023, a economia de Moçambique debateu-se com as consequências da pandemia de COVID-19, agravadas por crises globais. Apesar destes desafios, o país está a dar passos largos rumo à transformação económica, procurando ultrapassar os choques macroeconómicos e os ajustamentos fiscais. A nível interno, Moçambique também enfrentou um desafio macroeconómico imprevisto devido à Lei da Tabela Salarial Única, previamente acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), que levou a um rápido aumento das despesas públicas, seguido de escassez de liquidez e de reduções orçamentais significativas. Esta pressão financeira provocou atrasos no pagamento dos salários do sector público, o que levou a um ajustamento orçamental rigoroso para o orçamento de 2024, incluindo o congelamento das contratações e a imposição de limites salariais. Apesar destes desafios, a entrada de Moçambique no mercado de exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL) e as reformas económicas estratégicas, que incluem a criação de um Fundo Soberano, assinalam uma potencial mudança no sentido de uma gestão sustentável das receitas e da diversificação económica.

Moçambique registou um aumento significativo no acesso à energia eléctrica, de 32,1% em 2020 para 47,8% em 2023, marcando o progresso rumo aos objectivos nacionais de electrificação. A Estratégia Nacional de Electrificação visa uma cobertura completa até 2030, alavancando a expansão da rede e soluções fora da rede para melhorar a acessibilidade. As energias renováveis, especialmente a partir de fontes hídricas, dominam o cabaz energético, contribuindo para um sector energético mais ecológico. As recentes actualizações das políticas e os incentivos fiscais, tais como as isenções de IVA para o equipamento energético, deverão impulsionar ainda mais a adopção das energias renováveis, tornando as energias limpas mais acessíveis e apoiando o desenvolvimento sustentável. Contudo, o acesso à energia e à cozinha limpas continua a ser um desafio nas zonas remotas, nomeadamente nas zonas de deslocados internos.

## POSIÇÃO ESTRATÉGICA PARA INTENSIFICAR A ACÇÃO CLIMÁTICA E AUMENTAR O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Moçambique é altamente vulnerável às alterações e perdas climáticas, sendo que a época chuvosa de 2022/2023 resultou em mais de 500 milhões de dólares em perdas e danos, o que inclui o impacto do surto de cólera. Os impactos combinados da interrupção de serviços essenciais, condições de segurança imprevisíveis e múltiplos eventos perigosos no país levaram a fluxos de mobilidade mista cada vez mais complexos, resultando no deslocamento de mais de 1,4 milhões de pessoas em Moçambique entre 2017 e 2023.

A Estratégia para o Sistema Integrado de Fluxo de Informação para o Aviso Prévio de Inundações e Ciclones em Moçambique foi uma componente crítica, uma vez que melhorou o fluxo de informação em todo o sistema de aviso prévio para facilitar a tomada de decisões. A nível global, Moçambique tem desempenhado um papel significativo na Iniciativa de Aviso Prévio para Todos. Foi um dos primeiros países a completar a Análise Nacional de Lacunas para os sistemas de aviso prévio. Moçambique também iniciou a fase de investimento do Mecanismo de Financiamento de Observações Sistemáticas (SOFF), que tem como objectivo permitir a Moçambique recolher e analisar informação climática melhorada. Sendo Moçambique um país com um longo histórico de absorção bem-sucedida de APD (2,7 mil milhões de dólares em 2020) e já um beneficiário de financiamento de mitigação (do REDD+), está bem posicionado para beneficiar do Fundo de Perdas e Danos discutido na 28ª reunião da Conferência das Partes (COP 28).

### CICLO ELEITORAL 2023 – 2024

Moçambique encontra-se actualmente num ciclo eleitoral, com as 6ªs eleições autárquicas de 11 de Outubro de 2023 e as 7ªs eleições presidenciais e legislativas agendadas para 9 de Outubro de 2024. 4,8 milhões de eleitores recenseados eram elegíveis para participar nas eleições autárquicas, com as mulheres a constituírem 54% do total. Um total de 22 partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos concorreram nos 65 municípios



de Moçambique, incluindo 12 novos municípios, e cerca de 1.700 membros do Governo foram eleitos como Presidentes dos Conselhos Autárquicos e representantes das Assembleias Municipais. A Assembleia da República aprovou, a 3 de Agosto de 2023, uma lei para alterar a Constituição de modo a que as eleições a nível distrital não tenham de ser realizadas em 2024. A realização de eleições em 2024 fazia parte das negociações em torno do processo de paz. As eleições distritais têm um impacto essencial no modelo de governação descentralizada. Permitiriam a todos os eleitores influenciar as suas estruturas de governação local, uma vez que os municípios ainda não cobrem a totalidade do território e da população.



## O PROCESSO DE DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO (DDR) ESTÁ A SER CONCLUÍDO

Registaram-se sucessos consistentes e significativos ao longo da implementação do Acordo de Maputo, particularmente em 2023. Um dos principais destaques foi a conclusão da fase de desarmamento e desmobilização do DDR após o encerramento da última base militar da Renamo em Junho de 2023. Com este marco, todos os 5.221 beneficiários do DDR (271 mulheres e 4.950 homens) instalaram-se nas comunidades de Moçambique e iniciaram a sua jornada rumo à reintegração. Em Março de 2023, foi aprovado um decreto histórico que estende uma pensão a mulheres e homens elegíveis desmobilizados como parte da implementação do Acordo de Maputo, sendo que o primeiro grupo de beneficiários já está a receber a sua pensão (em Novembro de 2023, mais de 1.600 pensões foram aprovadas, fixadas e pagas). Na sequência destas realizações, no início de Outubro de 2023, o Enviado Pessoal do Secretário-Geral para Moçambique comunicou que os seus bons ofícios iriam concluir a implementação técnica da reintegração e reconciliação nacional.

## EVOLUÇÃO DO CONFLITO EM CABO DELGADO

Em 2023, o conflito em Cabo Delgado sofreu uma transformação significativa, com o Governo e as forças internacionais a recuperarem o controlo dos GANE, o que levou a uma redução dos ataques a civis e tornou acessíveis áreas anteriormente inacessíveis. Esta mudança facilitou o regresso das populações deslocadas e dos funcionários públicos, embora os serviços essenciais não tenham sido totalmente restabelecidos e subsistam focos de volatilidade. Os GANE adaptaram as suas estratégias, concentrando-se em obter a aceitação da comunidade através do comércio e não da violência, o que reflecte uma mudança no sentido de conquistar corações e mentes. Apesar de uma redução assinalável da violência durante a época das chuvas, o conflito deslocou mais de 109.000 pessoas em 2023, com picos que coincidiram com operações militares. O número de deslocados internos diminuiu pela primeira vez desde o início do conflito em 2017, com mais de 570 000 regressados até Agosto de 2023, contra aproximadamente 670 000

deslocados internos. Muitos regressaram às suas zonas de origem no nordeste de Cabo Delgado, enquanto um número significativo permaneceu nos locais de deslocamento interno e nas comunidades de acolhimento. Apesar destas mudanças, milhares de deslocados internos e regressados continuam vulneráveis, confrontados com a destruição de serviços essenciais, meios de subsistência e mercados, juntamente com a insegurança contínua. A situação levou a movimentações irregulares à medida que as famílias procuram acesso a serviços e meios de subsistência, indicando que o apoio será crucial para os regressados reconstruírem as suas vidas em 2024.

Nomeadamente, as províncias do Norte assistiram ao início de dois mecanismos fundamentais de coordenação da recuperação em torno do Plano de Reconstrução Nacional da Província de Cabo Delgado (PRCD) e do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (PREDIN), ambos sob a alçada do Ministério da Economia e Finanças (MEF). A recente criação da Estrutura de Coordenação Provincial para o PCRD representa uma oportunidade para o reforço das soluções lideradas pelo Governo nas áreas afectadas por conflitos



# 2

Apoio do Sistema  
de Desenvolvimento  
das Nações Unidas  
às prioridades nacionais  
de desenvolvimento  
através do Quadro de  
Cooperação

---







## 2.1. VISÃO GERAL DOS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

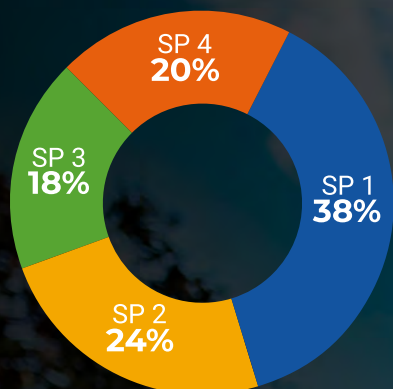
O Quadro de Cooperação representa o apoio colectivo do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas para a realização do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024, da ENDE 2015-2035, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 da União Africana.

O UNSDCF foi desenvolvido com uma abordagem totalmente consultiva. É propriedade nacional e está ancorado nas prioridades nacionais de desenvolvimento. Descreve a contribuição do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas para alcançar os ODS de forma integrada, com o compromisso de não deixar ninguém para trás e de respeitar os direitos humanos, a igualdade de género e outras normas e obrigações internacionais. O UNSDCF serve como uma ferramenta de responsabilização fundamental entre a UNCT e o Governo local e entre os membros da UNCT para a obtenção colectiva de resultados de desenvolvimento

**Gráfico 3 -** Figura 2 - Alinhamento entre as prioridades do Governo, os resultados do UNSDCF e os ODS



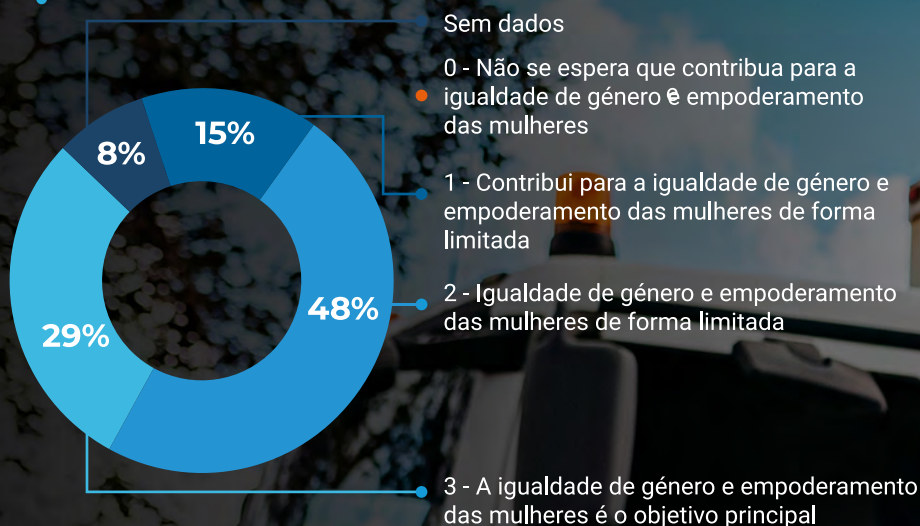
**Gráfico 4** - Recursos disponíveis para 2023 por prioridade estratégica do UNSDCF<sup>5</sup>



**Gráfico 5** - Percentagem dos recursos disponíveis para 2023 por nível de marcador de género<sup>6</sup>



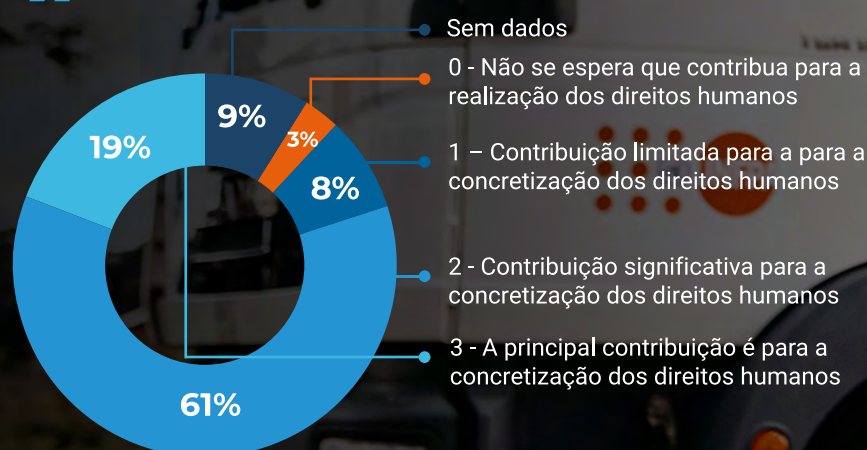
**Marcador de Género**



**Gráfico 6** - Percentagem dos recursos disponíveis para 2023 por nível de marcador de direitos humanos<sup>14</sup>



**Marcador de Direitos Humanos**





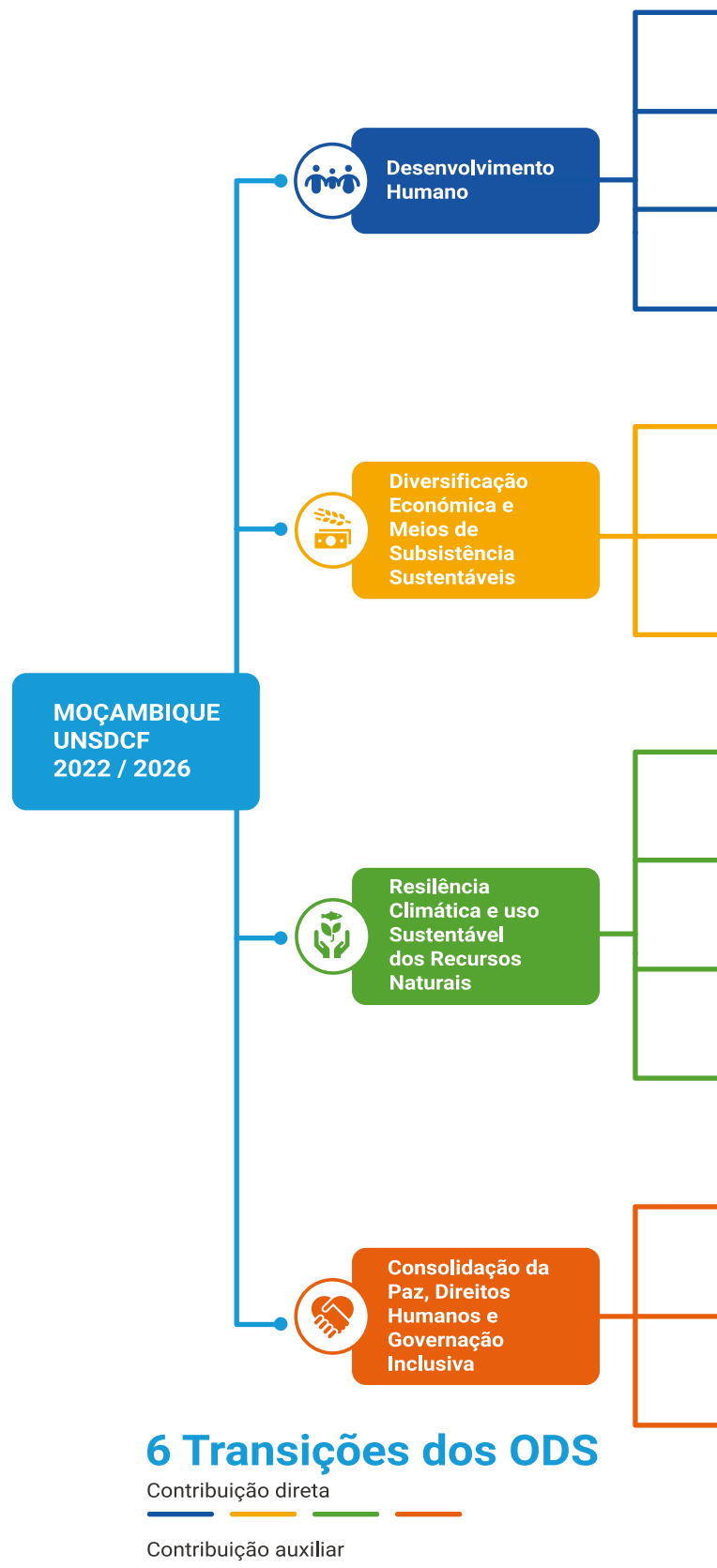
CLÍNICA



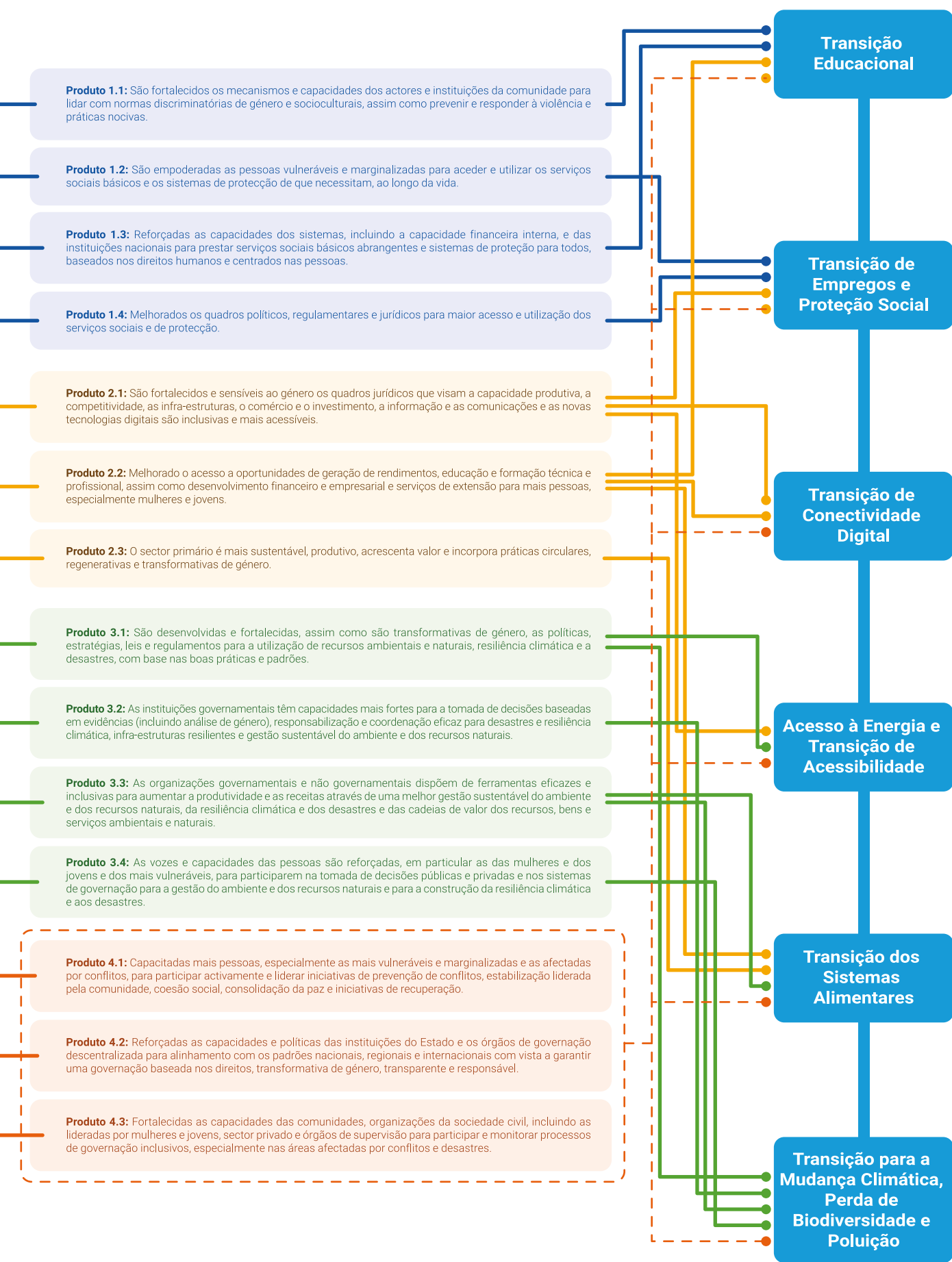
No Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF), os marcadores de género e de direitos humanos são utilizados para avaliar o grau de alinhamento e de apoio das diferentes iniciativas com os objectivos da igualdade de género, do empoderamento das mulheres e dos direitos humanos, com base numa escala de 0 a 3. Em comparação com 2022, parece ter havido uma mudança considerável na abordagem da ONU. Embora o número de iniciativas com um enfoque primário no género tenha diminuído ligeiramente de 34% para 29%, e as relativas aos direitos humanos tenham registado um ligeiro aumento de 18% para 19%, há uma tendência mais notória para a incorporação destas prioridades como objectivos significativos num conjunto mais vasto de iniciativas. Em 2023, as iniciativas com objectivos significativos no domínio do género aumentaram de 34% para 48% e as relativas aos direitos humanos aumentaram de 35% para 61%. Isto indica que estas áreas estão a ser abordadas de forma mais consistente nos esforços da ONU. Além disso, verifica-se uma redução significativa das iniciativas que não foram classificadas em relação a estes indicadores, caindo para 8% no caso do género e 9% no caso dos direitos humanos, em comparação com os 18% e 34% do ano anterior, respectivamente. Esta tendência aponta para uma inclusão mais integrada e eficaz das preocupações de género e direitos humanos no trabalho da ONU em Moçambique.

Em Setembro de 2023, a Cimeira dos ODS revelou seis transições fundamentais concebidas para acelerar o progresso rumo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estas transições - que abrangem os sistemas alimentares, o acesso à energia e a sua acessibilidade, a conectividade digital, a educação, o emprego e a protecção social, e o combate às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à poluição - estão enraizadas nos 17 objectivos. Representam pontos de entrada transformativos com potencial para efeitos catalíticos e multiplicadores em toda a Agenda 2030. Identificar as relações entre os resultados do UNSDCF, o principal instrumento para fornecer uma direcção estratégica para o sistema de desenvolvimento da ONU em Moçambique, e as seis transições pode ajudar a ilustrar como as intervenções específicas contribuem para mudanças sistémicas mais amplas necessárias para o desenvolvimento sustentável

**Figura 2 -** Contribuições dos Resultados do UNSDCF para as 6 Transições







Relatório de Resultados da ONU em Moçambique 2023



## 2.2. ANÁLISE DETALHADA DAS PRIORIDADES, RESULTADOS E PRODUTOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

### PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

#### Os rapazes estão a se posicionar de forma corajosa contra a violência baseada no género (VBG)

Na região de Sofala, rapazes e jovens adolescentes, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, reúnem-se várias vezes por mês para falar sobre questões difíceis - como se sentem em relação ao género, às pressões da união prematura e aos danos de agir como durões da forma errada. Estão a aprender a liderar de novas formas para melhorar as suas comunidades.

Cleiton Adriano, de 14 anos de idade e a frequentar a 9ª classe, tem grandes sonhos para a sua escola na Beira: ser um espaço inclusivo, livre de VBG. É um dos sonhos de Cleiton Adriano, de 14 anos de idade. O adolescente frequenta a 9ª classe e lidera actividades de sensibilização com os seus colegas. "Divulgar mensagens positivas sobre a igualdade de género e o empoderamento

das raparigas tem sido uma das minhas tarefas diárias na escola", diz Cleiton, ao salientar que um dos seus maiores desejos é "tornar-se um agente de mudança positiva na minha comunidade".

Em Agosto de 2022, Cleiton Adriano recebeu formação sobre VBG como parte de um projecto da ONU para melhorar a Saúde Reprodutiva, Materna e do Adolescente na província de Sofala, com fundos da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA).

Implementado pelo Consorzio Associazioni con il Mozambico com o apoio técnico das Direcções Provinciais de Educação e de Saúde, em 14 escolas, promove o empoderamento da mulher e contribui para a mudança positiva do comportamento, atitudes e práticas masculinas, envolvendo rapazes e jovens para responder - e mitigar - à VBG nas suas escolas secundárias.



Cleiton spearheads his peers in taking a stand against GBV in their schools. Together, they are paving the way for a safer and more inclusive environment

---

**“ Já consegui que alguns membros se juntassem ao clube dos rapazes e, actualmente, tenho orgulho de ver as suas mudanças transformativas de comportamento, acções e mentalidade,...**

*observou Cleiton*

---



Cleiton, um jovem determinado de 14 anos, lidera a tarefa de transformar as atitudes dos rapazes em relação à VBG, promovendo uma cultura de respeito e igualdade.

Leonel e Benilton, ambos alunos da 10ª classe e membros do clube, têm as suas próprias histórias. Leonel lembra-se que costumava intimidar as raparigas, mas agora partilha o que aprendeu com os seus amigos e vizinhos: “Depois de participar nas sessões, apercebi-me das minhas ideias erradas e agora quero partilhar informações positivas com os meus colegas e com a comunidade”, comentou Leonel.

Benilton partilhou que, quando entrou nas sessões conduzidas pelo seu facilitador, Cleiton, mudou o seu comportamento e actualmente os seus pais estão muito orgulhosos dele. “As sessões não só mudaram a minha vida, mas graças a elas identifiquei e ajudei a denunciar casos de VBG na minha comunidade”.

Juntos, estes rapazes estão a mostrar que a mudança de mentalidades pode começar com uma única voz e um único clube, que se transforma num movimento para o bem

- 1** ERRADICAÇÃO DA POBREZA  

- 2** FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL  

- 3** SAÚDE E BEM-ESTAR  

- 4** EDUCAÇÃO DE QUALIDADE  

- 5** IGUALDADE DE GÊNERO  

- 6** ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO  

- 8** TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO  

- 10** REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES  

- 11** CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS  




Agências, Fundos e Programas participantes



**unesco**



**UNFPA**



**UNHCR**  
The UN Refugee Agency



**World Food Programme**



**World Health Organization**



**UN WOMEN**



**UNAIDS**



**UNDP**



**unicef**



**UNIDO**

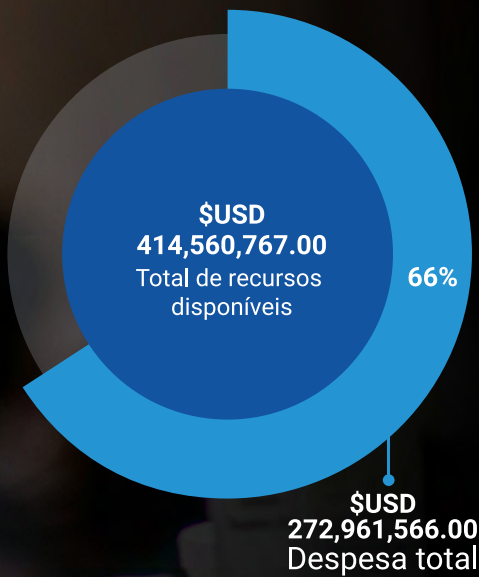


**UNOPS**

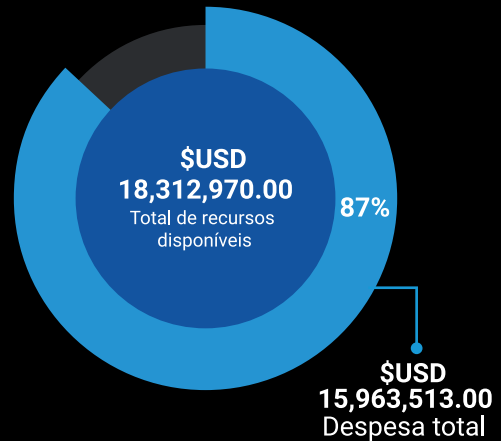
## RESULTADOS

Até 2026, mais pessoas, em especial as mais vulneráveis e marginalizadas, terão um acesso e uma utilização mais equitativos de uma protecção social e de serviços sociais básicos de qualidade, inclusivos, resilientes, sensíveis ao género e aos choques.

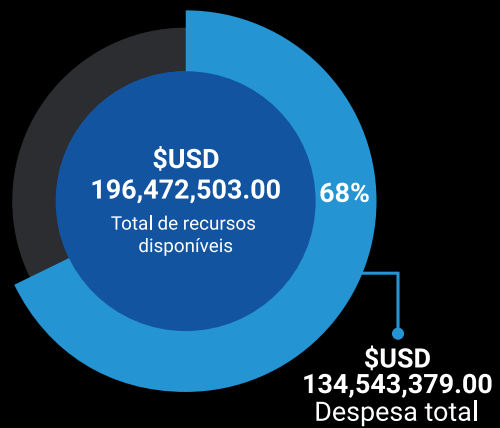
Em 2023, Moçambique registou progressos variados em relação às suas metas de 2026 ao nível dos resultados, de acordo com os indicadores para os quais existiam dados disponíveis. As despesas do Governo em serviços básicos (educação, saúde e protecção social) aumentaram para 25,0% para a educação, 12,4% para a saúde e diminuíram ligeiramente para 3,2% para a protecção social, o que marca um avanço parcial rumo às respectivas metas de 2026, mas ainda sublinha um impulso significativo no sentido de dar prioridade aos serviços básicos.



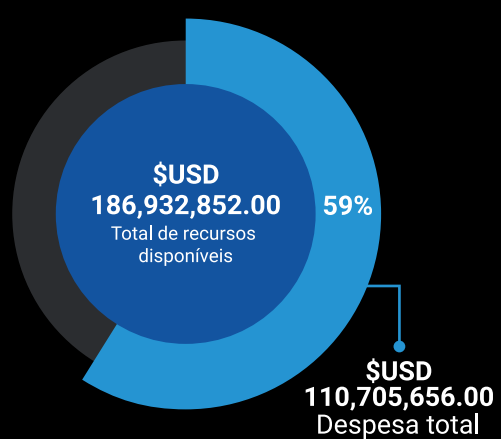
### Produtos 1.1



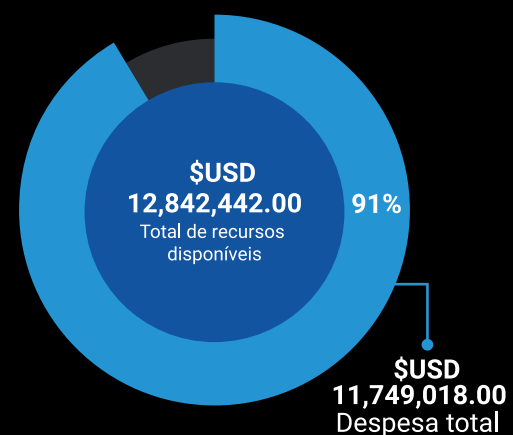
### Produtos 1.2



### Produtos 1.3



### Produtos 1.4



Recursos e despesas disponíveis para a Prioridade Estratégica 1 em 2023, por produto, em dólares americanos<sup>7</sup>

**A nutrição infantil revelou uma tendência promissora**, com a prevalência da desnutrição crónica entre as crianças com menos de cinco anos a cair para 37%, progredindo rumo ao objectivo de 35% fixado para 2030, demonstrando progressos positivos na saúde e nutrição infantis. A saúde **materna e neonatal também registou melhorias**; o rácio de mortalidade materna diminuiu para 407 e a taxa de mortalidade neonatal baixou para 24 por 1.000 nados vivos. Ambos os indicadores registaram bons progressos, mas sublinharam a necessidade de continuar a prestar atenção aos serviços de saúde materna e neonatal. No que diz respeito à luta contra o HIV, a redução para 2,68 novas infecções por 1.000 habitantes não infectados reflecte um avanço significativo em relação ao objectivo de 1,6/1.000, demonstrando **a eficácia das estratégias de prevenção e tratamento do HIV**.

Apesar destes ganhos, a **prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, medida pela Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), aumentou para 75,4%**, afastando-se ainda mais do objectivo de 50%, o que indica uma área que necessita de atenção e intervenção urgentes. Contudo, deve notar-se que, devido à disponibilidade de dados, o período de referência para esta análise é de 2018-2020 a 2020-2022 - quando o mundo, incluindo Moçambique, estava a lutar contra a COVID-19. Além disso, o indicador FIES refere-se apenas ao acesso a alimentos adequados com base na experiência da pessoa entrevistada. Por outro lado, **o acesso a serviços de água potável geridos de forma segura aumentou apenas de forma marginal** para 53,6%, indicando um progresso parcial em relação aos objectivos rurais e urbanos mais ambiciosos, destacando a necessidade crítica de esforços sustentados para melhorar o acesso à água.



## RESULTADOS PROGRAMÁTICOS



**Produto 1.1:** São fortalecidos os mecanismos e capacidades dos actores e instituições da comunidade para lidar com normas discriminatórias de género e socioculturais, assim como prevenir e responder à violência e práticas nocivas.

- **Empoderamento institucional e comunitário:** Um total de 11.600 actores institucionais e comunitários foram capacitados para abordar com normas discriminatórias, prevenir práticas nocivas e proporcionar bens socioeconómicos às mulheres, marcando o progresso rumo à meta de 20.000 até 2026.
- **Formação de provedores de serviços:** Cerca de 829 provedores de serviços receberam formação para abordar práticas nocivas contra crianças e adolescentes e oferecer educação sexual abrangente, avançando rumo à meta de 15.000.
- **Capacidade dos funcionários públicos:** O número de funcionários públicos com melhores conhecimentos e capacidades para oferecer serviços de qualidade, incluindo a gestão de casos de VBG, atingiu 1.213, avançando rumo à meta de 2.500.



**Produto 1.2:** São empoderadas as pessoas vulneráveis e marginalizadas para aceder e utilizar os serviços sociais básicos e os sistemas de protecção de que necessitam, ao longo da vida.

- **Acesso a programas de aquisição de habilidades e aprendizagem para a vida:** Aproximadamente 564.355 indivíduos beneficiaram de um melhor acesso a programas de aquisição de habilidades e aprendizagem para a vida, aproximando-se do ambicioso objectivo de 2.500.000.
- **Cobertura do tratamento anti-retroviral:** A cobertura de TARV para crianças dos 0 aos 14 anos aumentou para 72,3% e para adultos com mais de 15 anos para 85,0%, de 64% e 69% em 2020, respectivamente. No total, foi alcançada uma cobertura de 85,8%, aproximando-se da meta de 95%.

- **Serviços de saneamento básico:** Cerca de 880.832 pessoas foram alcançadas com, pelo menos, serviços de saneamento básico, aproximando-se do objectivo de 910.000.
- **Transferências alimentares/de dinheiro:** O número de pessoas vulneráveis e marginalizadas que beneficiam de transferências alimentares/de dinheiro atingiu 947.474, o que indica um progresso em direcção ao objectivo de 1.034.320.
- **Prevenção e gestão da desnutrição aguda:** Um número considerável de 6.380.213 crianças com menos de cinco anos e mulheres grávidas e lactantes beneficiaram da prevenção e gestão da desnutrição aguda, que salvou vidas, ultrapassando o objectivo fixado de 3,7 milhões.
- **Iniciativas de capacitação dos jovens:** Foram lançadas 49 iniciativas institucionais e comunitárias para facilitar o empoderamento, a liderança e a participação dos jovens, avançando para o objectivo de 90.
- **Acesso a serviços de água potável:** O acesso a, pelo menos, serviços básicos de água potável foi alargado a 310.567 indivíduos, mostrando um progresso constante em direcção ao objectivo de 450.000





**Produto 1.3:** Reforçadas as capacidades dos sistemas, incluindo a capacidade financeira interna, e das instituições nacionais para prestar serviços sociais básicos abrangentes e sistemas de protecção para todos, baseados nos direitos humanos e centrados nas pessoas.

- **Acesso à água, saneamento e higiene (WASH):** O acesso a instalações de WASH foi alargado a 177 centros de saúde e escolas, avançando para a meta de 439 até 2026.
- **Detecção precoce do HIV:** 78,9% das crianças expostas ao HIV receberam o primeiro teste PCR antes dos dois meses de idade, um aumento em comparação com 71% em 2020, progredindo rumo à meta de 95% até 2026.
- **Inscrição na Segurança Social:** Os dados disponíveis para 2022 mostram que 40.643 trabalhadores informais por conta própria foram inscritos no sistema de segurança social gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), um esforço significativo para a meta de 90 000.
- **Lanche e material escolar:** Foram fornecidos lanches escolares e/ou materiais didácticos a 641.875 crianças e jovens em escolas seleccionadas, excedendo a meta de 2026.



**Produto 1.4:** Melhorados os quadros políticos, regulamentares e jurídicos para maior acesso e utilização dos serviços sociais e de protecção.

- **Políticas de protecção social:** Duas políticas nacionais de protecção social, novas ou revistas, foram desenvolvidas com o apoio da ONU para alargar a cobertura, melhorar a abrangência e aumentar a adequação dos benefícios. O INAS desenvolveu o Programa de Apoio Social Directo - Pós-Emergência para acções de prontidão. No subsistema de protecção social contributiva, o INSS aprovou, em Dezembro de 2023, o Plano Estratégico do Instituto Nacional de Segurança Social 2024-2028 para expandir a cobertura do

regime de segurança social dos trabalhadores do sector privado.

- **Indicadores dos ODS:** O número de indicadores do sector social no quadro nacional de indicadores dos ODS de Moçambique, com dados recentes disponíveis ou publicados no sistema nacional de estatísticas, atingiu 88.

## DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Os desafios enfrentados em 2023 destacaram os obstáculos multifacetados com que o desenvolvimento humano se debate em Moçambique. As normas e atitudes culturais podem funcionar como barreiras ao empoderamento dos jovens, afectando desproporcionalmente as raparigas adolescentes e destacando a necessidade de intervenções sensíveis ao género. A situação de segurança no Norte de Moçambique, agravada por desastres naturais como o ciclone Freddy, perturbou o acesso aos serviços de saúde, realçando a importância de sistemas de saúde resilientes e de prontidão para emergências.

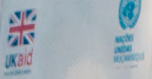
A integração de abordagens baseadas em evidências na planificação de políticas e programas emergiu como uma lição crítica, realçando a importância de melhorar as capacidades de análise e utilização de dados dos parceiros. Alcançar as comunidades mais remotas e marginalizadas com serviços básicos através de soluções inovadoras, tais brigadas clínicas móveis e náuticas, exigiu uma apropriação precoce, apoio financeiro sustentado e uma abordagem estratégica à mobilização de recursos. A promoção da localização e o estabelecimento de parcerias sólidas com ONG nacionais e entidades governamentais foram identificados como cruciais para a obtenção de resultados de elevada qualidade e para facilitar respostas rápidas a emergências. A advocacia eficaz junto dos legisladores e decisores foi fundamental para reforçar os compromissos do Governo na prestação de serviços sociais, marcando um passo significativo para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável.





AMBULANCE

MAU



Ministério da Saúde



O nosso maior valor é a vida

ANCE

## PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2

### DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA SUSTENTÁVEIS

#### O caminho de Moçambique para a energia limpa com algo tão simples como o biogás

A ONU, através do projecto Rumo à Energia Sustentável para Todos em Moçambique (TSE4ALLM), tem estado activamente envolvida na promoção da tecnologia do biogás através de várias iniciativas destinadas a criar capacidades, promover a inovação e facilitar o desenvolvimento do mercado.

A ONU colabora com parceiros locais para implementar projectos piloto de biogás em diferentes regiões. Estes servem como locais de demonstração da viabilidade e dos benefícios da tecnologia do biogás nas comunidades rurais e periurbanas. São fornecidos apoio técnico e assistência financeira para superar

barreiras à adopção e expandir modelos de sucesso.

Em 2023, a ONU, em parceria com a CHARIS- Associação de Solidariedade Social, iniciou o processo de instalação de centrais de biogás simples e de baixo custo para uso doméstico e nas pequenas empresas de coco, castanha de caju e indústrias de mandioca na província da província de Inhambane. A Cooperativa de Processamento de Mandioca Josina Machel, no Distrito de Inharrime, produz 35.000 m<sup>3</sup> (cerca de 96 m<sup>3</sup> /dia) de biogás para utilização na cozinha (doméstica, pequenas, médias e grandes empresas), refrigeração e iluminação.



“ Unidades de demonstração de biogás bem-sucedidas promoveram o interesse na comunidade e a adoção do biogás tornou-se generalizada. Os primeiros a adoptar também ganharão experiência e serão capazes de promover os usos do Biogás e ajudar outros potenciais utilizadores

*Larsen Candido, Fundador, Associação CHARIS*





- 1 NO POVERTY  

- 2 ZERO HUNGER  

- 3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING  

- 4 QUALITY EDUCATION  

- 5 GENDER EQUALITY  

- 6 CLEAN WATER AND SANITATION  

- 8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH  

- 10 REDUCED INEQUALITIES  

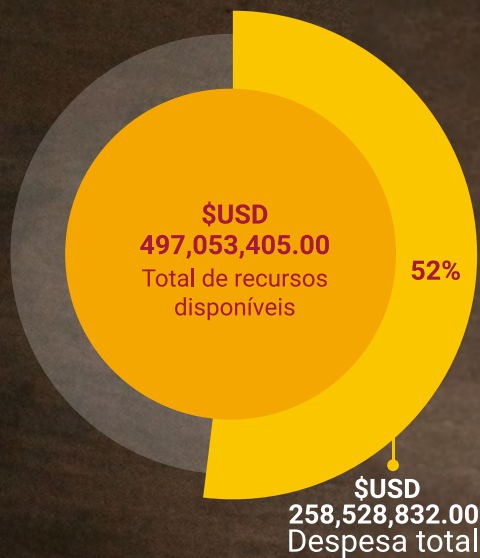
- 11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES  


Agências, Fundos e Programas participantes



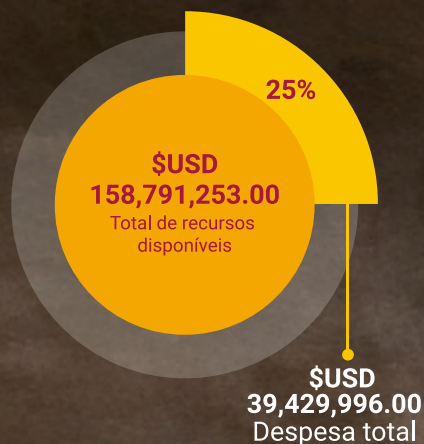
## RESULTADOS

Até 2026, mais pessoas, especialmente mulheres e jovens, participarão e beneficiarão de um crescimento económico mais diversificado, inclusivo e sustentável, baseado no aumento da produção, produtividade e maiores cadeias de valor acrescentado.

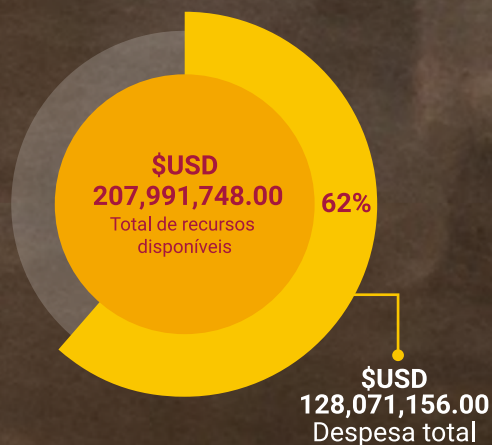


Recursos e despesas disponíveis para a Prioridade Estratégica 1 em 2023, por produto, em dólares americanos<sup>8</sup>

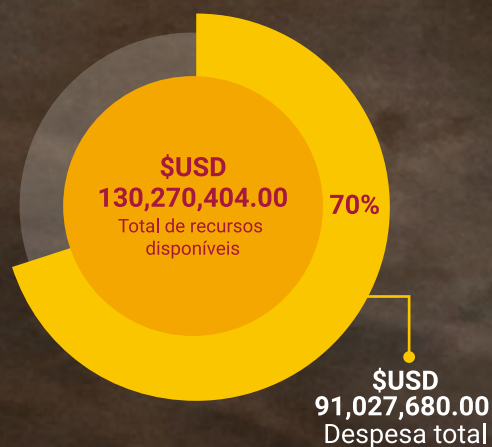
### Produtos 2.1



### Produtos 2.2



### Produtos 2.3



O progresso de Moçambique rumo ao resultado de 2026 em 2023 mostrou resultados variados e é considerado como não estando no caminho certo. A percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional continua elevada, indicando que o país não está no caminho certo na redução da pobreza monetária e multidimensional infantil. A taxa de pobreza multidimensional apresentou apenas uma ligeira melhoria, de 55% em 2014/15 para 53% em 2019/20. Isto realça a necessidade de esforços intensificados para combater a pobreza.

Por outro lado, a proporção da população com acesso à energia eléctrica registou um progresso considerável, atingindo 47,8%, ligeiramente acima da meta de 47,5% até 2026. Isto indica avanços eficazes na expansão do acesso à energia eléctrica em Moçambique.

Contudo, a taxa de desemprego aumentou tanto para homens como para mulheres, de 17,40% e 17,70% em 2020 para 18,7% e 18,1%, respectivamente. Este afastamento ainda maior das metas de 2026 indica que o país não está no caminho certo na redução do desemprego. Isto destaca os desafios na criação de emprego e a necessidade de intervenções estratégicas.

## RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

**Produto 2.1:** São fortalecidos e sensíveis ao género os quadros jurídicos que visam a capacidade produtiva, a competitividade, as infra-estruturas, o comércio e o investimento, a informação e as comunicações e as novas tecnologias digitais são inclusivas e mais acessíveis.

- **Melhoria da política para micro, pequenas e médias empresas (MPME):** três políticas foram desenvolvidas ou melhoradas para apoiar as MPME com a contribuição do sector empresarial e o apoio da ONU, visando uma meta de 22 até 2026. Um novo quadro regulamentar relevante para os sistemas agro-alimentares e o desenvolvimento do sector privado foi desenvolvido para gerir surtos de gripe aviária altamente patogénica (GAAP) em Moçambique,

com uma meta de seis quadros até 2026.

- **Adopção do Sistema Digital:** As entidades sectoriais adoptaram dois sistemas de informação de gestão, avançando rumo à meta de 2026 de implementação de três sistemas. Em particular, o MADER implementou um piloto do Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), que fornece informações de mercado relevantes aos actores da cadeia de valor e liga a oferta e a procura de produtos e serviços agrícolas.
- **Expansão das competências digitais:** Seis instituições governamentais e OSC foram formadas para utilizar tecnologias digitais, superando a meta de quatro até 2026.

**Produto 2.2** Melhorado o acesso a oportunidades de geração de rendimentos, educação e formação técnica e profissional, assim como desenvolvimento financeiro e empresarial e serviços de extensão para mais pessoas, especialmente mulheres e jovens.

- **Formação Climática Inteligente:** 61.270 pessoas, incluindo membros de Organizações Baseadas na Comunidade (OBC), OSC e associações empresariais, foram formadas em sistemas agro-alimentares climaticamente inteligentes e em economias circulares, avançando rumo à ambiciosa meta de 368.750.
- **Impulso do Sector Privado:** Foram capacitadas e apoiadas 2.302 entidades do sector privado, incluindo MPME, rumo a 63.520 até 2026.
- **Geração de Rendimento:** 100.159 pessoas beneficiaram de actividades de geração de rendimento com o apoio da ONU, com uma meta de 224.850.
- **Apoio ao Emprego:** 6.630 pessoas vulneráveis obtiveram acesso a actividades de emprego.

**Produto 2.3** O sector primário é mais sustentável, produtivo, acrescenta valor e incorpora práticas circulares, regenerativas e transformativas de género.

- **Avanço Agrícola:** 204.095 actores na cadeia de valor, incluindo MPME, OBC e OSC, receberam maior acesso a insumos e mercados de qualidade, cujo objectivo é aumentar este número para 403.885 até 2026.
- **Apoio a Redes de Produtores:** Foram apoiadas redes que beneficiaram 537.223 produtores (agricultores, pescadores, etc.).
- **Acesso Financeiro:** Foi facilitado o acesso aos serviços financeiros a 28.226 pessoas.

## DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Moçambique enfrenta desafios múltiplos que afectam o progresso nesta área prioritária estratégica. O rápido crescimento populacional restringiu o ritmo de aumento do acesso à energia eléctrica, realçando a urgência de infra-estruturas melhoradas e soluções inovadoras para satisfazer a crescente procura. Além do crescimento demográfico, houve uma série de acontecimentos significativos que testaram a resiliência da nação: as persistentes repercussões da crise da dívida, o impacto devastador dos ciclones Idai e Kenneth, o persistente conflito interno no Centro, a intensificação do terrorismo no Norte e os efeitos socioeconómicos de grande alcance da pandemia de COVID-19. Além disso, o ciclone Freddy e as inundações impediram o acesso aos beneficiários. O calendário de alguns planos também foi suspenso devido às eleições no país. Estes acontecimentos revelaram, colectivamente, a necessidade crítica de uma abordagem multifacetada e resiliente para fazer face a desafios complexos.



# PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3

## RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

### Promoção da reforma política para a conservação sustentável da biodiversidade em Moçambique

A Reserva da Biosfera das Quirimbas é a primeira reserva mundial da biosfera, em Moçambique. Localizado na província de Cabo Delgado, no Norte do país, o local é composto por 11 ilhas, uma combinação de parques marinhos e um sistema de água doce que inclui o rio Montepuez e o Lago Bilibiza, um santuário de aves. As ilhas apoiam 3.000 espécies florais, das

quais 1.000 são endémicas, e uma rica fauna que inclui 23 espécies de répteis, 447 espécies de aves e 46 espécies de mamíferos terrestres incluindo quatro dos “cinco grandes” (elefante, leão, búfalo e leopardo), assim como oito espécies de mamíferos marinhos, incluindo baleias e golfinhos. As principais actividades económicas são a pesca, a pecuária, o turismo, as artes e ofícios e o transporte marítimo.







Em resposta aos desafios do Governo de Moçambique relativamente à gestão sustentável da Reserva da Biosfera das Quirimbas, com o apoio financeiro do Governo Italiano, a ONU apoiou o desenvolvimento do Plano de Gestão e Negócios da Reserva da Biosfera das Quirimbas 2023-2032. Esta ferramenta foi produzida seguindo a estratégia global “O Homem e a Biosfera” e o seu Plano de Acção Lima como forma de responder à necessidade de proteger a biodiversidade e melhorar os serviços eco-sistémicos, promovendo o desenvolvimento comunitário e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Capa do Plano de Gestão e Negócios da Reserva da Biosfera das Quirimbas 2023-2032.

© UNESCO Mozambique, 2023

## TESTIMONY

“ A Reserva da Biosfera das Quirimbas contribuirá para a implementação e sucesso da Agenda 2030 e da Agenda 2063 da União Africana, e o desenvolvimento comunitário é para isso ...

*Ivete Maibaze, Ministra da Terra e Ambiente*



Sua Excelência Ivete Maibaze, Ministra da Terra e Ambiente, sobre o lançamento do Plano de Gestão e Negócios da Reserva da Biosfera das Quirimbas 2023 - 2032. © ONU Moçambique

- 1 NO POVERTY  

- 2 ZERO HUNGER  

- 5 GENDER EQUALITY  

- 6 CLEAN WATER AND SANITATION  

- 7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY  

- 8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH  

- 12 RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION  

- 13 CLIMATE ACTION  

- 14 LIFE BELOW WATER  

- 15 LIFE ON LAND  

- 17 PARTNERSHIPS FOR THE GOALS  




Agências, Fundos e Programas participantes

  
**FAO**  
World Food Programme

  
**IOM**  
UN MIGRATION

  
**UN HABITAT**  
FOR A BETTER URBAN FUTURE

  
**UN WOMEN**

  
**UN CDF**

  
**UN DP**

  
**unesco**

  
**UNFPA**

  
**UNHCR**  
The UN Refugee Agency

  
**unicef**

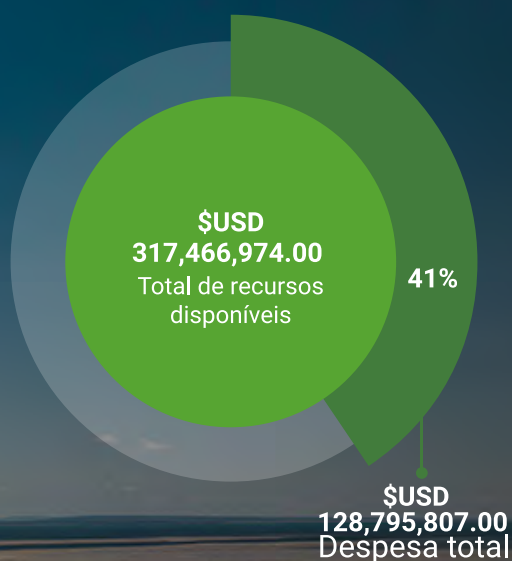
  
**UN OPS**

  
**World Food Programme**

  
**UNEP**

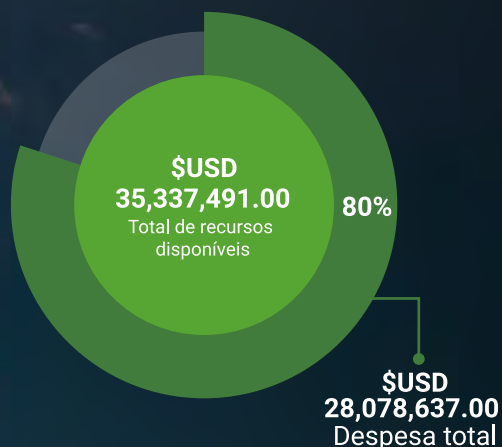
## RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis, serão resilientes às alterações climáticas e aos desastres e beneficiarão de uma gestão mais sustentável do ambiente e dos recursos naturais e de infraestruturas e assentamentos humanos resilientes, com efeitos positivos no PIB nacional.

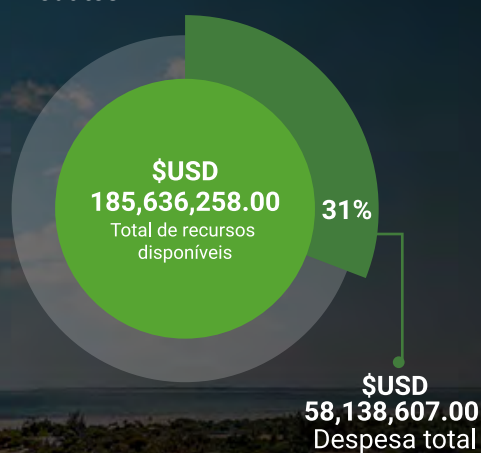


Recursos e despesas disponíveis para a Prioridade Estratégica 1 em 2023, por produto, em dólares americanos<sup>9</sup>

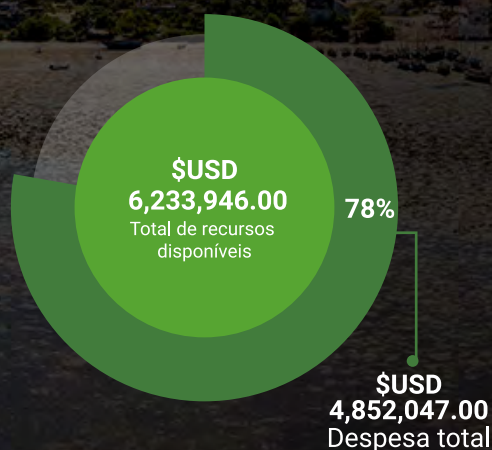
### Produtos 1.1



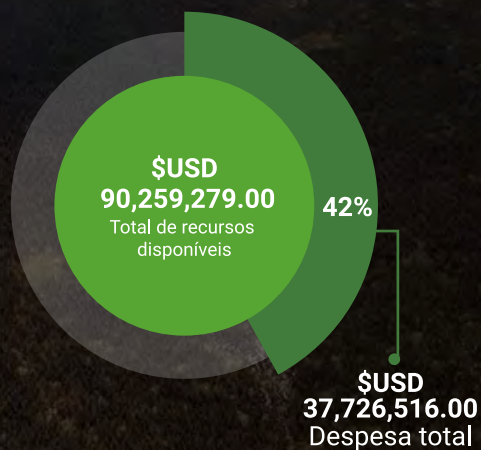
### Produtos 1.2



### Produtos 1.3



### Produtos 1.4



Em 2023, foram feitos progressos significativos no sentido de alcançar o resultado desta área estratégica prioritária, em particular na gestão integrada dos recursos hídricos e cobertura de áreas marinhas protegidas. O grau de gestão integrada dos recursos hídricos aumentou para 66%, aproximando-se da meta de 67% até 2026, demonstrando o compromisso do país em gerir os seus recursos hídricos de forma mais eficaz. Além disso, a cobertura das áreas protegidas relativas às áreas marinhas atingiu 6,5%, duplicando a meta de 3% até 2026.

Contudo, o número de direitos de uso da terra emitidos aumentou para 1.792.657, marcando uma progressão parcial rumo à ambiciosa meta de 3.365.727 até 2026. Isto destaca a necessidade de intensificação de esforços na distribuição do direito de uso e aproveitamento da terra para cumprir os objectivos futuros.

Os dados dos indicadores relacionados com as perdas económicas directas atribuídas a desastres, a gestão florestal sustentável, as tendências na cobertura do solo, a produtividade dos solos, as reservas de carbono e o número de pessoas que beneficiam da implementação de acções dos Planos de Adaptação e Resiliência não foram actualizados em 2023. Esta falta de actualização de dados destaca a importância de fortalecer os mecanismos de monitoria e comunicação para acompanhar melhor o progresso e informar as decisões políticas.



## RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

**Produto 3.1:** São desenvolvidas e fortalecidas, assim como são transformativas de género, as políticas, estratégias, leis e regulamentos para a utilização de recursos ambientais e naturais, resiliência climática e a desastres, com base nas boas práticas e padrões.

- **Desenvolvimento de Políticas:** Progrediu o trabalho para melhorar as contribuições determinadas a nível nacional no âmbito do Acordo de Paris, realçando um compromisso contínuo com acordos climáticos globais. Em particular, o MTA foi apoiado no desenvolvimento do PAN (Plano Nacional de Adaptação), apresentado em 2023. Os progressos estão alinhados com as expectativas de 2026.
- **Políticas Inclusivas:** Foram desenvolvidas 14 das 28 políticas nacionais e sectoriais, demonstrando um esforço contínuo para integrar considerações ambientais, climáticas e sociais. Isto coloca as iniciativas num caminho forte rumo ao seu objectivo até 2026.

**Produto 3.2:** As instituições governamentais têm capacidades mais fortes para a tomada de decisões baseadas em evidências (incluindo análise de género), responsabilização e coordenação eficaz para desastres e resiliência climática, infra-estruturas resilientes e gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais.

- **Prontidão Climática:** Nove das 11 províncias alvo estão a implementar actividades sectoriais de prontidão climática, aproximando-se da meta de 2026.
- **Avaliação da Resposta a Crises:** A conclusão de 18 das 68 avaliações previstas destaca um passo inicial para uma melhor gestão de crises, mas indica a necessidade de aceleração de esforços para cumprir as metas de 2026.
- **Adaptação Local:** Foram implementados 11 dos 69 planos de adaptação local e de resiliência urbana, o que sugere um passo fundamental para a resiliência local, mas destaca a necessidade de uma maior atenção para atingir metas futuras.



**Produto 3.3:** As organizações governamentais e não governamentais dispõem de ferramentas eficazes e inclusivas para aumentar a produtividade e as receitas através de uma melhor gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais, da resiliência climática e dos desastres e das cadeias de valor dos recursos, bens e serviços ambientais e naturais.



- **Acesso à Cadeia de Valor:** Alcançar o acesso para 7 dos 8 actores na cadeia de valor marca um progresso significativo e quase atinge a meta de 2026.
- **Apoio ao Produtor:** O apoio a 1.361 dos 2.182 grupos de produtores visados representa um progresso significativo. Demonstra uma assistência de impacto às comunidades agrícolas e pesqueiras para aumentar a sustentabilidade e a produtividade.



**Produto 3.4:** As vozes e capacidades das pessoas são reforçadas, em particular as das mulheres e dos jovens e dos mais vulneráveis, para participarem na tomada de decisões públicas e privadas e nos sistemas de governação para a gestão do ambiente e dos recursos naturais e para a construção da resiliência climática e aos desastres.

- **Empoderamento da Comunidade:** 36.118 pessoas estão envolvidas em iniciativas de utilização sustentável de recursos, o que exige uma maior expansão para atingir a ambiciosa meta de 128.705 até 2026.
- **Recuperação de Desastres:** A assistência prestada a 158.397 pessoas destaca o apoio significativo às populações vulneráveis para a recuperação e a produtividade. Este progresso é crucial, embora sejam necessários esforços contínuos.
- **Gestão de Riscos:** A criação de 50 dos 172 comités locais de gestão do risco de desastres é fundamental para melhorar a gestão de riscos baseada na comunidade.
- **Melhoria das Infra-estruturas:** O número significativo de 853.543 indivíduos que obtêm acesso a serviços de infra-estruturas melhoradas representa um progresso promissor rumo à meta significativa estabelecida de mais de 5 milhões até 2026.



## DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Os desafios enfrentados em 2023 destacaram a complexa interação entre dinâmicas sociopolíticas, desastres naturais e a necessidade de adaptação tecnológica no contexto de desenvolvimento de Moçambique. O ciclo eleitoral afectou ocasionalmente o desenvolvimento e a aprovação em tempo útil de instrumentos regulamentares chave, o que destaca a relação inalienável entre os processos de governação e as iniciativas de desenvolvimento. Os conflitos no Norte, juntamente com os desastres naturais, afectaram significativamente os esforços de avaliação, comprometendo assim as actividades em curso e complicando o acesso aos beneficiários. Esta situação foi ainda agravada pelas lacunas existentes nas competências digitais, tanto a nível nacional como local, limitando a utilização de ferramentas tecnológicas avançadas para avaliações exaustivas. Além disso, o envolvimento de múltiplos parceiros nos esforços de apoio levou por vezes à duplicação de esforços e a mecanismos de coordenação complicados.

Durante a reflexão sobre estes desafios, foram aprendidas várias lições, que destacam a necessidade de uma abordagem equilibrada ao desenvolvimento de políticas, a importância crítica de reforçar a estrutura de coordenação nacional e de integrar considerações de política urbana nos quadros estratégicos mais amplos. As diversas capacidades e níveis de interesse nas diferentes regiões exigiram uma abordagem direccionada ao desenvolvimento de capacidades a nível local. Os compromissos com o sector privado surgiram como uma componente vital para a sustentabilidade das intervenções, o que implica um pivô estratégico para a promoção de maiores parcerias com o sector privado. O reconhecimento dos benefícios que poderiam ser derivados da regulamentação do mercado de carbono apontou para a necessidade de quadros regulamentares que pudessem alavancar oportunidades financeiras. Além disso, a identificação de maiores sinergias com ONG, OSC locais e outros parceiros, especialmente em apoio ao Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco



de Desastres, destacou a importância de promover a coordenação para evitar a duplicação de esforços e aumentar a eficácia dos comitês locais de gestão do risco de desastres, incluindo colaboração com o Banco Mundial. Esta abordagem colaborativa, que se estende aos Planos de Adaptação Local e à planificação de contingência, está preparada para melhorar a capacidade de resposta e a eficiência na prontidão para desastres e nos esforços de adaptação climática.



# PRIORIDADE ESTRATÉGICA 4

## CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, DIREITOS HUMANOS E GOVERNAÇÃO INCLUSIVA

### Desmistificação do tabu do albinismo nas comunidades

As pessoas com albinismo enfrentam desafios críticos que afectam as suas aspirações, necessidades e preocupações e esperam pela inclusão social nas iniciativas de desenvolvimento. A capacitação de vários actores, incluindo o Governo, sociedade civil, organizações e redes de mulheres, agentes da Polícia, líderes comunitários, jornalistas, professores e parteiras, combinada com campanhas de sensibilização/informação pública, através dos meios de comunicação social – tanto tradicionais como modernos/redes sociais – como o Dia Mundial da Consciencialização do Albinismo, o Dia Internacional da Deficiência, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, entre outras datas, estão a ajudar os líderes e membros da comunidade a encontrar maneiras de tornar a nossa sociedade inclusiva para pessoas com albinismo.

As pessoas com albinismo querem estar envolvidas nas suas comunidades, mas muitas vezes sentem-se excluídas. Dizem-nos: “Primeiro somos humanos antes do albinismo. Queremos ser incluídos socialmente nas actividades comunitárias, mas por causa do albinismo, sofremos muita rejeição por parte de colegas, amigos e até mesmo familiares”.

A história de Albano é um grande exemplo. O rapaz tem 8 anos e frequenta a terceira classe. Fala da dor da discriminação na escola e dos sentimentos de exclusão dentro da comunidade – um testemunho partilhado pela sua mãe. Contudo, depois das iniciativas de sensibilização multi-sectoriais na sua escola e comunidade, viu mudança. Agora ele diz::



Fonte: @ UNESCO Mozambique, 2023

“ Agora me sinto parte da turma. Brinco com as outras crianças e sinto que meus amigos começam a me aceitar como sou.

*Albano*



Mesmo com progressos, ainda há muito trabalho a fazer. Dra. Adelina Patricio Afonso, juíza na cidade de Pemba, diz que embora muitas pessoas com albinismo estejam melhor, os velhos mitos ainda lhes causam danos.

“ Infelizmente, as nossas comunidades gostam muito de crenças místicas que continuam a colocar em risco as pessoas com albinismo. Há uma necessidade urgente e permanente de continuar com acções que visam desmistificar o albinismo nas nossas comunidades.

*Dra. Adelina Patricio Afonso*



5 GENDER EQUALITY



16 PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS



17 PARTNERSHIPS FOR THE GOALS

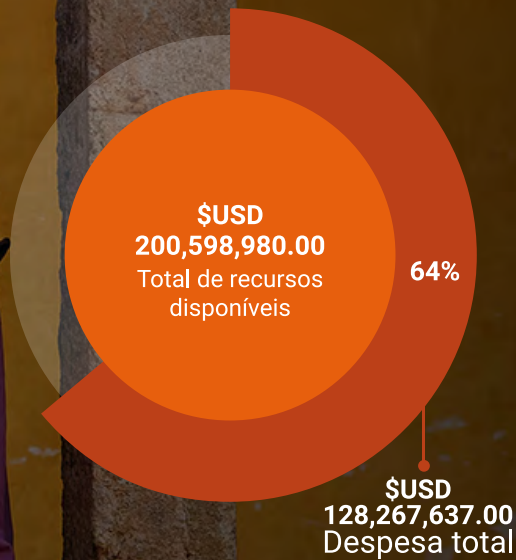


Agências, Fundos e Programas participantes



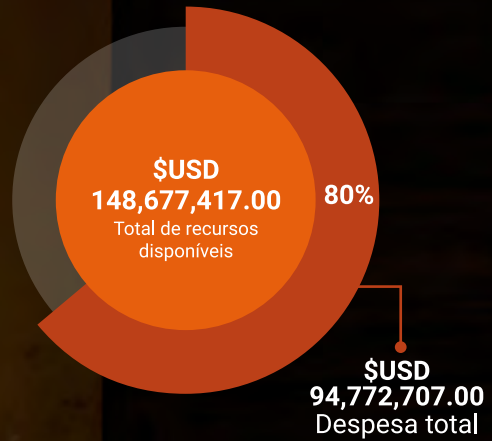
## RESULTADO

Até 2026, mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas, estarão protegidas, gozarão dos seus direitos e beneficiarão de um ambiente seguro e pacífico, possibilitado por sistemas de governação inclusivos e por instituições independentes e responsáveis que respeitem o Estado de direito.

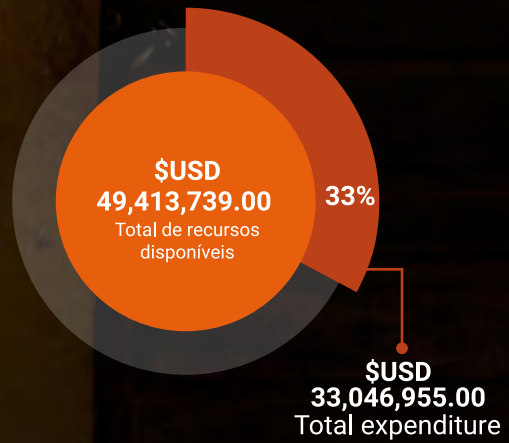


Recursos e despesas disponíveis para a Prioridade Estratégica 1 em 2023, por produto, em dólares americanos<sup>10</sup>

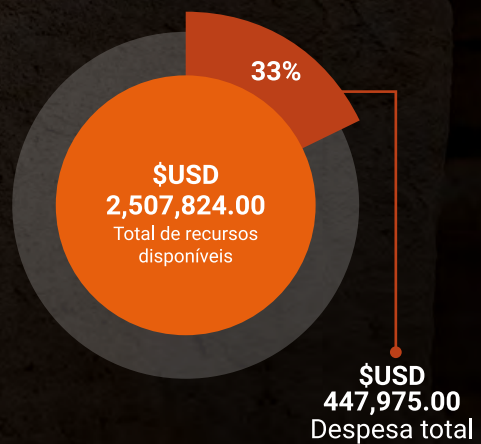
### Produtos 4.1



### Produtos 4.2



### Produtos 4.3



Em 2023, foram registados progressos significativos na consolidação da paz, direitos humanos e governação inclusiva no país, através da abordagem da igualdade de género e redução do tráfico de seres humanos em Moçambique, conforme evidenciado pelo progresso nos principais indicadores de resultados. A proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento e nos governos locais aumentou para 42,8% e 37,6%, respectivamente, o que reflecte uma trajectória positiva rumo às metas de 45,2% e 36,8% até 2026. Este indicador indica estar no caminho certo. O país atingiu a meta de Quadro de Cooperação em relação a percentagem de distritos com tribunais em pleno funcionamento, atingindo 96% contra uma meta de 90% até 2026, o que demonstra um compromisso em melhorar o acesso à justiça. Além disso, os esforços para combater o tráfico de seres humanos viram o número de vítimas por 100.000 habitantes diminuir para 0,03 no geral e 0,04 para as mulheres, o que realça um progresso significativo em direcção ao objectivo de 2026 de não ter vítimas. Isto indica que este indicador também está no caminho certo.

Estas realizações sublinham o compromisso contínuo de Moçambique em melhorar a igualdade de género, fortalecer o sistema judicial e erradicar o tráfico de seres humanos, embora com áreas que ainda requerem actualizações de dados e foco contínuo para garantir que todas as metas sejam cumpridas até 2026.

## RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

**Produto 4.1:** São Capacitadas mais pessoas, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas e as afectadas por conflitos, para participar activamente e liderar iniciativas de prevenção de conflitos, estabilização liderada pela comunidade, coesão social, consolidação da paz e iniciativas de recuperação.

- **Registo de Nascimento:** Em 2023, 829.603 pessoas beneficiaram do registo de nascimento através do apoio da ONU, melhorando o acesso à identificação civil.
- **Envolvimento na Consolidação da Paz:** 8.943 pessoas estiveram envolvidas na elaboração de políticas de consolidação da paz, na planificação participativa e na gestão de bairros/locais de reassentamento, progredindo, assim, para uma meta de 77.500 até 2026.
- **Normas de Género e Prevenção da VBG:** 3.897 líderes comunitários e pessoas influentes contribuíram para a alteração de normas sociais de género e prevenção da VBG e outros abusos dos direitos humanos nas comunidades afectadas por conflitos, ultrapassando a meta de 2.534.





**Produto 4.2:** Reforçadas as capacidades e políticas das instituições do Estado e os órgãos de governação descentralizada para alinhamento com os padrões nacionais, regionais e internacionais com vista a garantir uma governação baseada nos direitos, transformativa de género, transparente e responsável.

- **Combate a Normas Discriminatórias:** Com o apoio da ONU, foram criados 16 mecanismos nacionais ou provinciais e distritais para abordar normas sociais e de género discriminatórias, estereótipos, práticas e relações de poder relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.
- **Formação em Planificação e Orçamentação:** Nove governos provinciais receberam formação no novo Sistema de Planificação e Orçamentação de PESOE 2022, incluindo instrumentos de planificação e orçamentação relevantes para as crianças.
- **Capacitação em Governação:** Foram implementadas 89 actividades de capacitação em instituições governamentais para melhorar uma governação significativa baseada em direitos, transformativa de género, transparente e responsável, rumo à meta ambiciosa de 1.868 até 2026.
- **Conhecimento de Planificação Baseada em Resultados:** 778 funcionários públicos melhoraram os seus conhecimentos e capacidades em planificação e orçamentação baseadas em resultados com o apoio da ONU, rumo à meta de 2.800 até 2026.
- **Formação de Provedores de Serviços de VBG:** 383 funcionários públicos provedores de serviços de VBG foram formados em gestão de casos de VBG, rumo à meta de 2.013.
- **Monitoria da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC):** 40 instituições estatais receberam capacitação para monitorar a implementação das recomendações finais da CDC, do Plano de Acção Nacional sobre o Albinismo e das recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU).

- **Mecanismos de Participação Pública:** 21 entidades estatais a nível central, provincial e distrital desenvolveram mecanismos funcionais com o apoio da ONU para a participação pública, incluindo mulheres, crianças e adolescentes, nos processos de planificação, orçamentação e monitoria, o que mostra um alcance muito além da meta de 11 até 2026.

**Produto 4.3:** Fortalecidas as capacidades das comunidades, organizações da sociedade civil, incluindo as lideradas por mulheres e jovens, sector privado e órgãos de supervisão para participar e monitorar processos de governação inclusivos, especialmente nas áreas afectadas por conflitos e desastres.

- **Formação em Processos de Governação:** 89 OSC foram formadas para participar, monitorar e elaborar relatórios sobre processos de governação e violações dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito aos que ficaram mais para trás, especialmente nas áreas afectadas por conflitos e desastres, excedendo a meta de 34.
- **Formação em Mecanismos de Protecção:** 1.930 funcionários públicos, líderes comunitários e membros da comunidade foram formados em mecanismos de protecção de refugiados e de deslocados internos para fortalecer o ambiente de protecção, superando a meta de 3.474 quando acumulada com os resultados de 2022.
- **Monitoria da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS):** 125 OSC foram formadas para monitorar e elaborar relatórios sobre a implementação da MPS e da Agenda Juventude, Paz e Segurança em Moçambique, assim como sobre violações dos direitos humanos, incluindo ataques contra pessoas com albinismo. Esta realização duplica o resultado previsto de 30 até 2026.
- **Formação de Pontos Focais de Género:** 67 (11 homens) indivíduos trabalham como pontos focais de género nas forças de segurança e defesa e nos processos de paz. Este progresso está no caminho certo rumo ao alcance da meta de 150 até 2026.

## DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Os muitos desafios enfrentados pelo país influenciam particularmente o progresso nesta área estratégica prioritária, sublinhando a complexidade de trabalhar num contexto marcado por preocupações de segurança, mudanças nas normas sociais e evolução das necessidades das populações vulneráveis. A planificação estratégica, juntamente com uma colaboração robusta com as autoridades locais, surgiu como uma resposta crítica aos desafios de segurança que afectam o início e a implementação de projectos. Os custos crescentes associados à implementação e monitoria acentuaram a necessidade de uma alocação eficiente de recursos e de exploração de métodos mais eficazes em termos de custos. As normas sociais e o desenvolvimento de programas fora das zonas afectadas por conflitos necessitavam de uma abordagem diferenciada ao envolvimento comunitário e à distribuição estratégica de recursos para satisfazer as diversas necessidades entre regiões.

O ano também trouxe lições valiosas, que reforçam a importância de estratégias adaptáveis, soluções inovadoras e parcerias fortes para superar barreiras à segurança e ao acesso nas zonas afectadas por conflitos. A definição e revisões regulares das metas revelaram-se fundamentais para acompanhar com precisão o progresso e garantir a relevância e viabilidade dos objectivos. A necessidade de desenvolvimento de programas inclusivos tornou-se particularmente evidente, destacando que é preciso responder às necessidades específicas das pessoas com deficiência em contextos de emergência e de recuperação precoce. Os esforços para garantir a continuidade em meio a conflitos, salvaguardar o acesso dos beneficiários e manter a integridade do programa face às restrições de recursos financeiros e humanos e à elevada rotatividade de pessoal exigiram uma advocacia sustentada e a criação de parcerias estratégicas. A relação entre ajuda humanitária,



desenvolvimento e paz sublinhou a importância de abordagens integradas e da colaboração intersectorial para enfrentar eficazmente os desafios multifacetados. Além disso, o reforço das capacidades das OSC no domínio da consolidação da paz e da recuperação, juntamente com a necessidade de abordagens inovadoras à formação em matéria de violência baseada no género, enfatizou o papel fundamental dos quadros de apoio e da atribuição de recursos para aumentar o impacto.



## LIGAÇÃO COM OUTRAS PRIORIDADES/PLANOS DO PAÍS

IAS iniciativas que visam alcançar os resultados definidos no UNSDCF não podem existir isoladamente. Com efeito, a ONU comprometeu-se em 2023 a criar sinergias e caminhos partilhados que amplificam o impacto de projectos e programas individuais:

- Facilitação do envolvimento de Moçambique no cenário global para os ODS: Moçambique partilhou os seus desafios e esforços na Cimeira dos ODS de 2023. Alinhado com as prioridades do UNSDCF, o Presidente falou sobre obstáculos como a pandemia da COVID-19, questões climáticas e conflitos que afectam o progresso dos ODS. Salientou que as nações precisam de confiar e ajudar-se mutuamente. O Presidente destacou os esforços de paz de Moçambique, através do combate ao terrorismo em Cabo Delgado, e pediu ajuda internacional na luta contra as alterações climáticas, especialmente após os ciclones. No que diz respeito à energia, Moçambique defendeu uma mudança justa para novos tipos de energia, esperando mais fundos globais para projectos climáticos. Também falou sobre as suas leis e acções de conservação, tais como cuidar das florestas na área de Miombo e o seu desejo de colaborar com outros países. Na preparação para a cimeira, a ONU ajudou o Governo a identificar iniciativas de alto impacto.
- Acção humanitária: Pelo menos dois milhões de pessoas no Norte de Moçambique necessitavam de assistência humanitária e protecção para salvar e sustentar vidas em 2023 em Cabo Delgado, Nampula e Niassa devido ao impacto do conflito armado, da violência e da insegurança na região. Em 2023, o Plano de Resposta Humanitária (PRH) no Norte de Moçambique apelou a 513 milhões de dólares para alcançar 1,6 milhões de pessoas. Entre Janeiro e Novembro, aproximadamente 1,5 milhões de pessoas no Norte de Moçambique receberam assistência humanitária, incluindo alimentos. Contudo, fora das intervenções alimentares, o número de pessoas alcançadas é de apenas um milhão. No final de Novembro de 2023, o PRH foi financiado

em 36%, recebendo aproximadamente 184,3 milhões de dólares. Foram recebidos mais 50,8 milhões de dólares fora do quadro do PRH.

- Promoção dos Direitos Humanos: Moçambique participou no evento de alto nível em Genebra, em Dezembro, comemorando o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), organizado pelo ACNUDH. Durante este evento, os Estados-Membros foram encorajados a assumir compromissos que melhorem a promoção e a protecção dos direitos humanos. Moçambique avançou com compromissos que abrangem o estabelecimento de um Escritório do ACNUDH no país no início de 2024, a ratificação do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais juntamente com o seu Protocolo Opcional, e a Convenção sobre Desaparecimentos Forçados em 2024. Além disso, Moçambique prevê adoptar um Plano de Acção Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos no segundo semestre de 2024, trabalhar para garantir que a Comissão Nacional de Direitos Humanos esteja alinhada com os Princípios de Paris e realizar consultas com uma vasta gama de partes interessadas para alinhar a legislação nacional com as normas dos direitos humanos internacionais, especialmente no que diz respeito ao combate ao terrorismo, às organizações sem fins lucrativos e aos direitos da pessoa com deficiência.
- Melhoria da inclusão da deficiência: Em 2023, Moçambique recebeu uma subvenção da Parceria das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNPRPD), marcando um passo significativo para melhorar a inclusão da deficiência no país. Esta iniciativa começou com uma fase de indução que incluiu uma sessão de formação em Março, um relatório abrangente de análise situacional em Junho e a finalização de uma proposta de projecto em Outubro. O projecto, implementado em colaboração por três agências da ONU ao longo de 24 meses com um orçamento de 600.000 dólares, foi concebido



através de um processo inclusivo envolvendo os ministérios relevantes, nomeadamente o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e o Ministério da Justiça, Constituição e Assuntos Religiosos (MJCRA), assim como várias Organizações de Pessoas com Deficiência (OPDs), incluindo FAMOD. Com a aprovação do Secretariado do UNPRPD em Dezembro de 2023, o projecto está previsto para ser lançado em Janeiro de 2024. Os seus objectivos são ambiciosos e visam alinhar as leis nacionais com a CDPD, capacitar a Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC) como órgão de monitoria, melhorar as capacidades de pontos focais governamentais de inclusão de pessoas com deficiência, desenvolver Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) com foco nas raparigas com deficiência e iniciar uma pesquisa piloto pelo sector de Estatística incorporando as perguntas do Grupo de Washington, entre outras actividades relevantes.

- Fortalecimento das respostas colectivas aos desastres: As destruições pelo ciclone Freddy sobre Moçambique no final de Fevereiro e novamente em meados de Março de 2023 constituíram desafios profundos. Em resposta, o Governo moçambicano procurou realizar uma avaliação abrangente das necessidades pós-desastre (PDNA) para medir a dimensão da devastação. Realizada utilizando o protocolo estabelecido pela ONU, pelo Banco Mundial e pela União Europeia, a avaliação envolveu oito agências em parceria com sectores governamentais para recolher e analisar dados. Os seus esforços mostraram uma realidade sombria: destruições avaliadas em 502 milhões de dólares e perdas no valor de 200 milhões de dólares. Estima-se que o roteiro para a recuperação, que abrange os princípios de uma melhor reconstrução, necessite de 602 milhões de dólares.



## 2.3 APOIO A PARCERIAS E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030

Esta secção explora os esforços e as estratégias em curso para reforçar as parcerias e as acções colectivas levadas a cabo com os parceiros para alinhar e apoiar os objectivos da nação, a dinâmica de avanço na abordagem dos imperativos das alterações climáticas, a procura de soluções duradouras e o empoderamento das mulheres como pedras angulares do desenvolvimento sustentável.

### PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES DURADOURAS PARA DESLOCADOS INTERNOS

Moçambique é um dos 15 países que lideram o caminho no âmbito da Agenda de Acção do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno. O Grupo de Trabalho da ONU para Soluções Duráveis, criado em 2022, continuou a coordenar esforços para encontrar soluções duradouras para as pessoas deslocadas no país. Este grupo traçou um roteiro conjunto, articulando o apoio da ONU às acções do Governo de Moçambique, incluindo a partilha de recursos, apoio a programas e conhecimentos técnicos. Antecipando as visitas de personalidades da ONU, o SWG foi fundamental na preparação das contrapartes governamentais. Estes esforços conduziram a uma visita bem-sucedida que catalisou o INGD e o compromisso do MEF com um “plano de soluções” para os deslocados internos. O SWG continua a prestar apoio para aperfeiçoar este plano e é fundamental para o desenvolvimento do Plano de Acção para a Estratégia e Política de Gestão de Deslocamentos Internos, tal como solicitado pelo INGD. A proposta conjunta das Nações Unidas para o Fundo de Soluções para os deslocados internos reforçará a capacidade do Governo para lidar com os deslocamentos internos. Além disso, o SWG trabalhou com o Governo no desenvolvimento de um conjunto de indicadores para acompanhar o progresso no sentido de resolver o problema do deslocamento interno em Moçambique, acrescentando uma componente vital de coesão social.

### COMPROMISSO DE AVANÇAR COM A AGENDA DE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Em 2023, o Governo de Moçambique, representado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pela Ministra do Género, Criança e Acção Social, assumiu uma posição de destaque no Conselho de Segurança da ONU. No dia 7 de Março, coincidindo com a 67ª Comissão sobre o Estatuto da Mulher e marcando o 25º aniversário da Resolução 1325 da ONU, presidiram e contribuíram para um debate aberto sobre Mulheres, Paz e Segurança. Este evento significativo apresentou as realizações e os esforços contínuos de Moçambique no cumprimento dos seus compromissos nacionais sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Com o apoio da ONU, o debate aberto tornou-se uma plataforma fundamental para Moçambique destacar a situação actual da MPS no país, atraindo maior atenção e recursos internacionais para melhorar a participação das mulheres na agenda das MPS. Este fórum aumentou a consciencialização sobre questões relacionadas com o género em situações de conflito entre os decisores políticos influentes, orientando e informando a Conferência Internacional sobre Paz e Segurança realizada em Maputo em Dezembro de 2023.

### REUNINDO PARCEIROS PARA O APOIO ÀS PRIORIDADES NACIONAIS

A DCP é fundamental para o diálogo e cooperação entre o Governo de Moçambique e os que apoiam o desenvolvimento do país. A ONU desempenha um papel crucial na liderança e no apoio ao trabalho da DCP, com a CR como co-presidente e o secretariado da DCP acolhido pelo Escritório da CR. Em 2023, a DCP reuniu-se com o Ministério das Finanças e foi reconhecida a sua posição como plataforma focada na partilha de informações e actualizações sobre progressos ou desafios nos principais sectores de desenvolvimento, na partilha de planos e na discussão de mensagens políticas partilhadas.



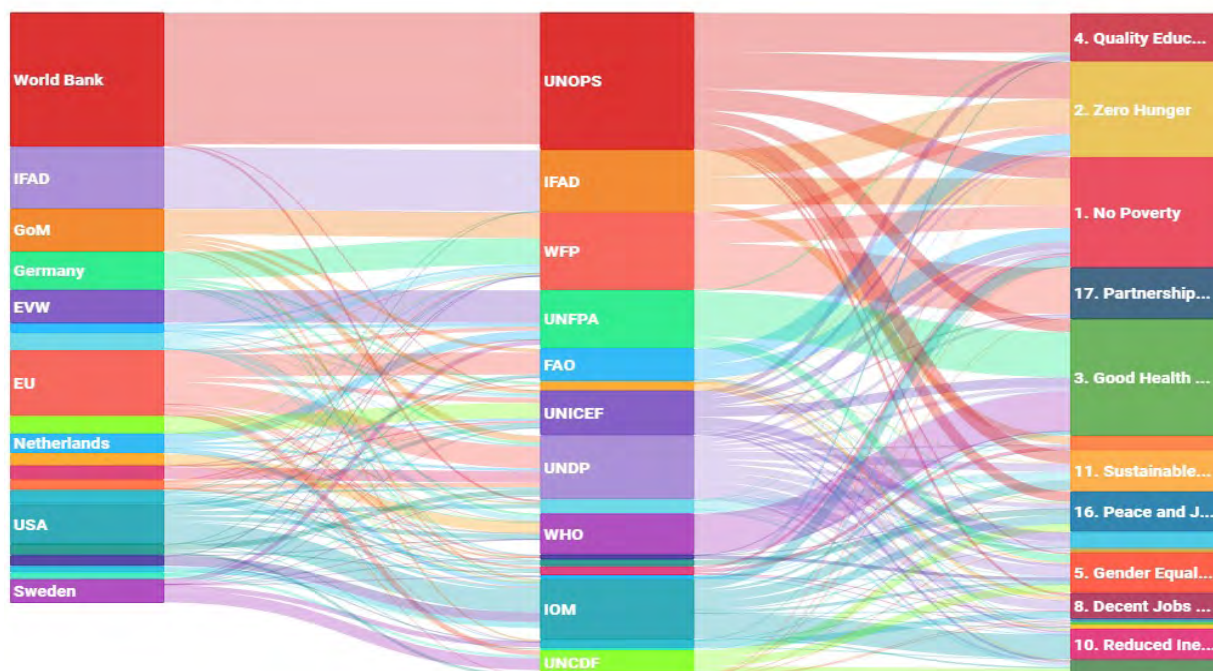
## AVANÇO NA AGENDA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Em 2023, o Ministério da Terra e Ambiente liderou um diálogo fundamental sobre o plano de acção climática de Moçambique na sequência dos resultados da COP28 no Dubai. O Governo reafirmou a sua dedicação em abordar áreas cruciais como a mitigação e a transição energética, estratégias de financiamento para as alterações climáticas, métodos de adaptação, abordagem de perdas e danos, utilização de mercados

de carbono e integração de género, empoderamento e ciência e tecnologia. Juntamente com a ONU e outros parceiros de desenvolvimento, o Governo sublinhou um compromisso colectivo de persistir nos esforços de colaboração para combater as alterações climáticas, com a ONU a apoiar a liderança do Governo neste desafio global.

Figura 3 - Leveraging UN Investments to advance the SDGs<sup>11</sup>

### linkingInvestmentsSankey



## 2.4 RESULTADOS DA ONU A TRABALHAR MAIS E MELHOR EM CONJUNTO

Em 2023, a ONU continuou a procurar melhorar a colaboração, a eficiência e a inclusão. Foram dados passos significativos para otimizar as operações, abraçar a inclusão, defender os padrões de salvaguarda e defender a igualdade de género, o que reforça o compromisso das Nações Unidas em apoiar os objectivos de desenvolvimento de Moçambique em alinhamento com a Agenda 2030.

- A Estratégia de Operações de Negócios da ONU (BOS) 2021-2027 visa melhorar a relação custo-benefício, qualidade e eficiência nas operações da ONU e na implementação de programas através da colaboração em 35 serviços comuns em seis linhas de serviço, incluindo Administração, Finanças, Recursos Humanos, Tecnologias de Informação e Comunicação, Logística e Aprovisionamento. Estes serviços são implementados conjuntamente ou por uma entidade das Nações Unidas em nome de outras, com base em análises abrangentes de oportunidade e de custo-benefício. A revisão da BOS de 2023 revelou uma redução de custos significativa de 1,9 milhões de dólares, ultrapassando o benefício previsto de 1,3 milhões de dólares e marcando a maior redução de custos até à data. Prevê-se que a tendência se mantenha em 2024, com uma redução de custos projectada de 2,2 milhões de dólares, em especial nos serviços de administração comum. Em 2024, os grupos de trabalho introduzirão novos serviços centrados em áreas como a resposta conjunta das Nações Unidas às emergências em matéria de TIC, os contratos públicos inclusivos em matéria de género e deficiência e as conferências inclusivas em matéria de deficiência, reforçando o impacto em relação aos ODS.
- Em 2023, a ONU em Moçambique avançou com a Estratégia de Inclusão da Deficiência da ONU (UNDIS) introduzida em 2019 para apoiar os Estados-Membros na realização da Agenda 2030 e na implementação da CDPD. Esta estratégia

centra-se na promoção da inclusão sistémica e sustentável da deficiência na Organização. O início da UNDIS em Moçambique, marcado pela fase inicial de implementação, envolve acções estratégicas baseadas no Cartão de Pontuação de Responsabilidade de Inclusão da Deficiência da Equipa Nacional da ONU (UNCT). Foi estabelecido um plano de trabalho abrangente para 2023-2024, centrado em áreas importantes como liderança, planificação estratégica, acessibilidade, programação conjunta e capacitação do pessoal da ONU em matéria de inclusão da deficiência. Uma iniciativa fundamental definida no plano de trabalho são as sessões de formação específicas para o pessoal da ONU, previstas para o início de 2024. Estas sessões presenciais e online aumentam a consciencialização, a compreensão e as competências relacionadas com a inclusão da deficiência entre o pessoal da ONU, incluindo os quadros superiores e os que desempenham funções programáticas e técnicas.

- As redes de PEAS estão a funcionar a nível nacional e de Cabo Delgado para apoiar a prevenção e a resposta à exploração e abuso sexual. São co-presididas por um representante da ONU e de uma ONGI e são compostas por pontos focais de agências/organizações sob a direcção geral do Coordenador Humanitário. Em 2024, deverá ser criada a posição de um coordenador inter-agências de PEAS a tempo inteiro para prestar apoio técnico à comunidade humanitária e às redes de PEAS. Em 2023, a rede de PEAS foi um dos dois países que pilotou uma avaliação de risco inter-agências sobre AES (IARA SEA), com base na qual foi desenvolvida uma metodologia global unificada. Teve um âmbito nacional, com destaque para as províncias com presença operacional significativa de organizações, tais como Nampula e Cabo Delgado. A avaliação deu mais atenção a Cabo Delgado devido



à presença de uma resposta humanitária em grande escala que exacerba ainda mais os riscos de EAS nesta região. A avaliação reconheceu que Moçambique registou progressos consideráveis na integração da PEAS nas políticas e estruturas governamentais, nomeadamente através da promulgação de leis que proíbem e punem a EAS. Destacou também riscos acrescidos ligados a processos supervisionados por actores a nível comunitário e a cenários de deslocamento.

- A UNCT tem vindo a melhorar a colaboração dentro das entidades da ONU e entre a ONU e os parceiros externos para a integração do género, contribuindo efectivamente para uma maior igualdade de género e empoderamento das mulheres em Moçambique. Em 2023, o pessoal da ONU de diferentes grupos inter-agências (PMT, GTG e MERG) participou num exercício de reforço de capacidades sobre as ferramentas de responsabilização da ONU para

Género. Tratou-se de uma oportunidade para promover um diálogo construtivo sobre as mudanças necessárias no seio da ONU e em todo o seu envolvimento com o Governo e a sociedade civil, a fim de integrar efectivamente a igualdade de género em toda a aplicação do Quadro de Cooperação. A implementação do quadro de avaliação da igualdade de género da UNCT-SWAP pelo terceiro ano consecutivo foi fundamental para identificar áreas que exigem um compromisso mais substancial da UNCT. Os resultados da avaliação de 2023 revelaram um aumento de 14 % em relação a 2022 nos indicadores de desempenho positivo, atingindo o limiar global de 60 % da UNCT-SWAP. Em particular, foram alcançadas classificações positivas em matéria de comunicação e advocacia, envolvimento com o Governo e OSC, paridade de género no pessoal e mecanismo de coordenação de género.

## 2.5 AVALIAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

Em resposta às constatações da análise pós-acção do relatório anual de resultados de 2022, a UNCT em Moçambique iniciou um esforço abrangente para aperfeiçoar e reforçar o seu quadro de resultados. Esta iniciativa foi motivada por vários desafios relacionados com os indicadores de resultados, nomeadamente no que respeita à definição, à base de referência e à fixação de objectivos. Reconhecendo a importância crítica de um quadro de resultados robusto para orientar as nossas intervenções e avaliar o nosso impacto, era imperativo abordar estas questões de forma rápida e eficaz. Este processo coincidiu com a directiva da DCO de integrar um mínimo de 15 indicadores do novo quadro global de indicadores de resultados. A apropriação da PMT sublinhou a importância deste esforço para reforçar a nossa capacidade de medir eficazmente o progresso e tomar decisões informadas com base em dados fiáveis.

Sob a orientação do MERG e com o apoio técnico dos grupos de Prioridades Estratégicas, os indicadores seleccionados foram integrados no quadro de resultados do UNSDCF, implicando a inclusão dos próprios indicadores e o desenvolvimento ou contextualização de notas metodológicas para proporcionar clareza e contexto. Estas notas metodológicas servem como pontos de referência essenciais, garantindo consistência nas metodologias de recolha, análise e relatório de dados. Um total de 15 indicadores foram devidamente integrados no quadro de resultados, alinhando as práticas de monitoria e avaliação com os padrões globais. Além disso, sete indicadores foram reformulados para aumentar a clareza e a precisão, garantindo que reflectem os resultados esperados das intervenções, e seis indicadores foram removidos.

Isto já se traduziu em melhorias concretas na recolha de dados e na elaboração de relatórios em 2023. Reforçou significativamente a capacidade das Nações Unidas e do Governo de Moçambique de se envolverem em discussões baseadas em evidências, facilitando uma monitoria, avaliação e planificação estratégica mais

precisas em todas as suas prioridades estratégicas. Notavelmente, houve um aumento nos indicadores apresentados, tanto ao nível dos resultados como dos produtos, em comparação com 2022, ilustrando uma melhoria tangível na apresentação e utilização de dados. Embora o nível de resultados dependa de processos de recolha e análise de dados, em grande parte fora do controlo da ONU, a apresentação de 15 indicadores dos resultados (contra 2 em 2022) fornece uma imagem mais clara do progresso. Ao nível dos produtos, foram gerados dados de 2023 para 85% dos indicadores (76% em 2022). Este ciclo de relatórios destacou a necessidade de garantir que a metodologia para alguns indicadores seja melhor apropriada pelas agências contribuintes e a necessidade de definir novas metas para 2026, em alinhamento com o contexto em evolução.

A melhoria da qualidade dos dados permitiu que os debates na reunião conjunta dos grupos de prioridades estratégicas com as contrapartes governamentais, em Março de 2024, se centrassem nos progressos de 2023 no âmbito do Quadro de Cooperação. Nessa ocasião, os funcionários públicos salientaram que os resultados do UNSDCF apresentavam uma orientação promissora. Foi reconhecida a importância de intervenções integradas para enfrentar estes desafios, a par da abordagem das disparidades de investimento, das necessidades de saneamento e dos impactos de situações de emergência como o ciclone Freddy, a cólera e a poliomielite.

As lições aprendidas identificadas conjuntamente destacaram o papel essencial dos pontos focais e da monitoria centradas no género, os benefícios das emergências na expansão da planificação da vacinação e da resiliência das infra-estruturas, a maior prontidão das instituições governamentais para lidar com as emergências e a natureza crítica da inclusão da comunidade e dos beneficiários para atingir os objectivos. Foi reconhecida a necessidade de reforçar a colaboração entre a ONU e o Governo e de colmatar as lacunas nos dados de resultados de alto nível.



## 2.6 PANORAMA FINANCEIRO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

**Quadro 2** - Recursos necessários, disponíveis e gastos em 2023 para a implementação do UNSDCF por área estratégica prioritária, em dólares americanos<sup>12</sup>

Prioridade Estratégica	Recursos necessários 2023	Recursos Disponíveis 2023	Despesas 2023	Taxa de execução
Desenvolvimento Humano	159.382,21	208.411.849	160.387.221	77%
Diversificação Económica e Meios de Subsistência Sustentáveis	144.293.626	134.849.346	103.033,35	76%
Resiliência climática e utilização sustentável dos recursos naturais	99.532.777	100.264.342	83.277.494	83%
Construção da paz, direitos humanos e governação inclusiva	127.879.328	113.258.669	93.479.922	83%
<b>Total</b>	<b>531.087.948</b>	<b>556.784.206</b>	<b>440.177.988</b>	<b>79%</b>

**Quadro 3** - Recursos necessários, disponíveis e gastos para a implementação do UNSDCF em 2023 por Agência, Fundo e Programa da ONU, em dólares americanos<sup>13</sup>

Agência	Recursos necessários 2023	Recursos Disponíveis 2023	Despesas 2023
OIM	105.024.821	106.105.388,00	86.630.141,00
UNOPS	78.038.704	82.635.474,00	82.286.778,00
PMA	84.677.928	77.850.174,00	39.404.494,00
OMS	6.675.716	64.495.496,00	64.495.496,00
PNUD	75.152.499	55.555.110,00	44.873.814,00
UNICEF	58.548.364	49.434.007,00	49.415.229,00
FIDA	34.907.049	34.907.049,00	14.692.614,00
FAO	25.170.775	23.696.058,00	17.863.375,00
UNCDF	1.025.000	12.450.000,00	11.075.000,00
FNUAP	11.421.937	11.256.166,00	10.354.913,00
UN-Habitat	11.032.373	10.582.373,00	2.052.755,00
UNODC	5.050.000	6.124.115,00	4.537.487,00
UNIDO	3.075.264	5.629.103,00	392.865,00
ACNUR	14.750.210	4.293.117,00	4.293.117,00
OIT	3.759.000	4.066.136,00	3.759.000,00
ONU Mulheres	9.026.129	3.952.262,00	650.400,00
UNESCO	2.635.469	2.635.469,00	2.535.179,00
ONUSIDA	1.116.710	1.116.709,00	865.331,00
ACNUDH	-	-	-
UNECA	-	-	-
UNEP	-	-	-





3

# UNCT - Principais Prioridades para o Próximo Ano

---





À medida que avançamos para 2024, a Equipa Nacional da ONU em Moçambique continua firme no seu compromisso de apoiar a jornada do país em direcção aos ODS. Os nossos esforços colectivos continuarão a concentrar-se em áreas críticas que sustentam o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo, conforme descrito nas seis transições fundamentais definidas na Cimeira dos ODS de 2023: sistemas alimentares, acesso e acessibilidade à energia, conectividade digital, educação, emprego e protecção social, e combate às alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

À medida que Moçambique se aproxima do ciclo eleitoral, a UNCT alargará o seu apoio para garantir eleições livres, justas e pacíficas, reforçando a governação democrática e a participação cívica. Continuará a ter como objectivo apoiar os órgãos de administração eleitoral na educação e capacitação, colaborar com as ONGs para a inclusão de pessoas com deficiência, integrar os direitos humanos nos programas de formação da polícia e sensibilizar para o empoderamento político das mulheres.

Apoiará também a implementação da plataforma digital de identificação de notícias falsas, desinformação e informação enganosa, eMonitor+, lançada pela primeira vez num país lusófono.

Em preparação para a "Cimeira do Futuro", em Setembro de 2024, vamos participar em diálogos sobre o que precisa de mudar a nível global para catalisar um futuro sustentável e inclusivo para todos os moçambicanos. A próxima Revisão Nacional Voluntária (RNV), agendada para 2025 e na qual a ONU apoiará os preparativos este ano, oferece uma oportunidade inestimável para Moçambique mostrar o progresso e preparar o terreno para acções aceleradas em direcção à Agenda 2030.

O caminho a seguir é desafiador, mas cheio de oportunidades. Ao promover a colaboração, alavancar os nossos pontos fortes colectivos e permanecer adaptável ao ambiente em mudança, podemos apoiar Moçambique na realização das suas aspirações de desenvolvimento e abrir caminho para um futuro sustentável e próspero.





# Acrónimos

**BOS** Estratégia de Operações Empresariais  
MPME Micro, Pequena e Média Empresa

**OBC** Organização Baseada na Comunidade  
Comunitária MTA Ministério  
da Terra e Ambiente

**CCA** Avaliação Comum do País ONG  
Organização não governamental

**CF** Quadro de Cooperação GANE  
Grupos Armados Não Estatais

**COVID-19** Doença do coronavírus 2019 ACNUDH  
Escritório do Alto Comissariado das  
Nações Unidas para os Direitos Humanos

**CDPD** Convenção sobre os Direitos das Pessoas  
com Deficiência PDNA Avaliação  
das necessidades pós-desastre

**OSC** Organização da Sociedade Civil  
PEGDI Política e Estratégia de Gestão de  
Deslocados Internos

**DCP** Plataforma de Coordenação de Doadores  
PGR Procuradoria-Geral da República

**ENDE** Estratégia Nacional de Desenvolvimento  
PQG Programa Quinquenal do Governo

**FAO** Organização das Nações Unidas para a  
Alimentação e a Agricultura PREDIN  
Programa de Resiliência e  
Desenvolvimento Integrado do Norte de  
Moçambique

**VBG** Violência baseada no género PSEA  
Proteção contra exploração e abuso sexual

**PIB** Produto Interno Bruto ODS  
Metas de desenvolvimento sustentável

**GREPOC** Escritório de Reconstrução Pós-Ciclone  
MAR Exploração e Abuso Sexual

**HIV** Vírus da imunodeficiência humana  
SEJE Secretaria de Estado da Juventude  
e Emprego

**PRH** Plano de Resposta Humanitária  
SETSAN Secretariado Técnico  
de Segurança Alimentar e Nutricional

**ICM** Instituto de Cereais de Moçambique  
TS Tribunal Supremo de Moçambique  
- Supremo Tribunal

**PIDs** Pessoas deslocadas internamente  
UN Nações Unidas

**IFAD** Fundo Internacional para o  
Desenvolvimento Agrícola ONU PRPD  
Parceria da ONU sobre os Direitos das  
Pessoas com Deficiência

**ILO** Organização Internacional do Trabalho  
ONU-Habitat Programa das Nações  
Unidas para Assentamentos Humanos

**INAS** Instituto Nacional de Acção Social  
ONU-Mulheres Entidade das Nações  
Unidas para a Igualdade de Género e o  
Empoderamento das Mulheres

**INE** Instituto Nacional de Estatística  
ONUSIDA Secretariado do  
Programa Conjunto das Nações Unidas  
sobre VIH e SIDA

**INGD** Instituto Nacional de Gestão e Redução do  
Risco de Desastres UNCDF Fundo de  
Desenvolvimento de Capital das Nações  
Unidas

<b>INNOQ IP</b>	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade UNCT Equipa Nacional das Nações Unidas
<b>INS</b>	Instituto Nacional de Saúde PNUD Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
<b>OIM</b>	Organização Internacional para as Migrações UNECA Comissão Económica das Nações Unidas para África
<b>CIP</b>	Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar PNUMA Programa das Nações Unidas para o Ambiente
<b>KOICA</b>	Agência de Cooperação Internacional da Coreia UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>GNL</b>	Gás natural liquefeito UNFPA Fundo de População das Nações Unidas
<b>MADR</b>	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
<b>MAEFP</b>	Ministério da Administração Estatal e Função Pública UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>MDN</b>	Ministro da Defesa Nacional - Ministério da Defesa ONUDI Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
<b>MEF</b>	Ministério da Economia e Finanças UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
<b>MGCAS</b>	Ministério do Género, Criança e Ação Social - Ministério do Género, Criança e Ação Social UNOPS Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos

<b>MIMAIP</b>	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas UNSDCF Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
<b>MINEC</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação UNSDG Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
<b>MINEDH</b>	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano UNU-WIDER Instituto Mundial da Universidade da ONU para Pesquisa em Economia do Desenvolvimento
<b>MINT</b>	Ministério do Interior UPR Revisão Periódica Universal
<b>MINTES</b>	Ministério do Trabalho, Emprego E Segurança Social USD Dolar dos Estados Unidos
<b>MISAU</b>	Ministério da Saúde WASH Água, saneamento e higiene
<b>MITADER</b>	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural PMA Programa Mundial de Alimentação
<b>MJRC</b>	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos OMS Organização Mundial de Saúde
<b>MPOPRH</b>	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos MPS Mulheres, Paz e Segurança
<b>MPTF</b>	Fundo Fiduciário Multiparceiro

# Notas Finais

- 1 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (un-info.org).
- 2 Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Drumm, E. (2023). Implementing the SDG Stimulus. Sustainable Development Report 2023. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2023. 10.25546/102924
- 3 Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF. 2023. Inquérito Demográfico e de Saúde em Moçambique 2022–23
- 4 UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). December 2023. Humanitarian needs and response plan Mozambique. Humanitarian programme cycle 2024
- 5 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 6 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 7 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 8 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 9 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 10 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 11 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 12 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 13 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).
- 14 Dados extraídos do UN-Info de 22 de Março de 2024 (uninfo.org).







**NAÇÕES  
UNIDAS  
MOÇAMBIQUE**



#### Contato



Av. Kenneth Kaunda 931, P.O. Box 4595  
Maputo Moçambique



[mozambique.un.org](http://mozambique.un.org)



(+258) 21 481 404

#### Segue-nos nas redes sociais



[ONUMocambique](https://www.facebook.com/ONUMocambique)



[onu\\_moz](https://www.instagram.com/onu_moz)



[onumocambique8777](https://www.youtube.com/channel/UC8777onumocambique)